

nuh

núcleo de direitos humanos
e cidadania lgbtqi+

UFMG
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS

TRANSPASSE

Assistência jurídica e psicossocial a pessoas trans e travestis

Organização
Marco Aurélio Máximo Prado
Júlia Silva Vidal

LEMOS MÍDIA
Editora

TRANSPASSE

Assistência jurídica e psicossocial a pessoas trans e travestis

Belo Horizonte

2026

Lemos Mídia

Belo Horizonte - MG

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Conselho Editorial

Bárbara Gonçalves Mendes (UFMG)

Denise Lopes Salles (UCP)

Fernanda Nanci Gonçalves (UERJ)

Guilherme Moreira Dias (ECEME)

Júlia Silva Vidal (UnB)

Leticia Simões (Unilasalle-RJ)

Lucas Faial Soneghet (UFPE)

Marco Aurélio Máximo Prado (UFMG)

Patricia Nasser de Carvalho (UFMG)

Rafael Pinheiro de Araújo (UERJ)

Rafaela Vasconcelos Freitas (UFRGS)

Expediente

Coordenadores do Transpasse

Marco Aurélio Máximo Prado

Júlia Silva Vidal

Equipe

Ana Gabriele Loschi de Carvalho Eulálio

Anna Bárbara Martins Ferreira Pinto

Clara Siqueira Alvarenga

Daniela de Mello Andrade

Frederico Tunes e Sousa

João Pedro Martins Silveira

Isadora Cunha Rodrigues

Ísla Pereira Ribeiro Sena Silvestre

Maria Célia Araújo Tomé

Nataly Aparecida Campolina

Sofia Freire

Projeto Gráfico

Antônio Augusto Lemos Rausch

Foto da capa

Cecília Pederzoli

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Transpasse [livro eletrônico] : assistência jurídica e psicossocial a pessoas trans e travestis / organização Marco Aurélio Máximo Prado, Júlia Silva Vidal. -- 1. ed. -- Belo Horizonte, MG : Lemos Mídia, 2026. PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-84991-28-6

1. Assistência jurídica - Legislação - Brasil
2. Justiça social 3. LGBTQIAPN+ - Siglas - Direitos
4. Pessoas transgênero - Identidade I. Prado, Marco Aurélio Máximo. II. Vidal, Júlia Silva.

26-346524.0

CDU-34:613.885-055.3

Índices para catálogo sistemático:

1. LGBTQIAPN+ : Direitos : Manuais 34:613.885-055.3

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

In memoriam Christina Maciel

Em memória de todas as pessoas trans e travestis que passaram pelo Transpasse em algum dos seus seis anos de existência e não estão mais conosco. Que sejam sempre lembradas e estejam presentes.

sumário

1. apresentação 5

Júlia Silva Vidal
Marco Aurélio Máximo Prado

2. metodologia de atendimento jurídico e psicossocial de pessoas trans e travestis: a experiência do projeto transpasse 10

Augusto Gusmão Wandalsen Mendonça
Ísla Pereira Ribeiro Sena Silvestre
João Pedro Martins Silveira
Sofia Freire

3. transpasse em números: um retrato da criminalização de pessoas trans e travestis 51

Isadora Cunha Rodrigues
Júlia Silva Vidal

4. violência policial e trajetória de vida nas ruas: categorias analíticas para compreender a criminalização de pessoas trans e travestis 59

Ísla Pereira Ribeiro Sena Silvestre
João Pedro Martins Silveira
Júlia Silva Vidal
Sofia Freire

5. regimes de visibilidade e considerações sobre a criminalização de pessoas trans e travestis 72

Júlia Silva Vidal
Marco Aurélio Máximo Prado

6. referências bibliográficas 76



1. apresentação

Júlia Silva Vidal

Marco Aurélio Máximo Prado

O Transpasse é um projeto de extensão do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH/UFMG) em parceria com a Clínica de Direitos Humanos (CdH/UFMG) e a Divisão de Assistência Judiciária (DAJ/UFMG) que visa oferecer acompanhamento psicossocial e orientação jurídica a pessoas trans e travestis em Belo Horizonte. O projeto foi criado em 2019 com o intuito de atuar contra o fenômeno da criminalização de pessoas trans e travestis na região metropolitana, compreendendo a criminalização como um exercício constante, de práticas cotidianas e heterogêneas que mobilizam elementos trazidos à tona nas práticas que performam gênero e crime (Vidal, 2025). Isto é, tornam esses fenômenos visíveis, apreensíveis e, efetivamente, materializados.

Nesse sentido, o Transpasse possui uma atuação dupla, atuando não apenas com as pessoas trans e travestis que respondem a processos criminais,

mas também com as pessoas que cumprem pena buscando evitar que as egressas que estão em liberdade sejam (re)criminalizadas. Essa atuação inclui em sua metodologia a facilitação do acesso à cidadania, a ampliação de repertórios de ação das pessoas assistidas sobre suas trajetórias, o acompanhamento e incidência nos seus processos criminais e o esforço de tornar visível aquilo que é reiteradamente apagado na dinâmica do sistema de justiça criminal, através da escuta e registro dos testemunhos narrados.

O projeto também fortalece a integração entre ensino, pesquisa e extensão, reforçando o compromisso da universidade pública com o aprendizado de estudantes e profissionais de maneira crítica, contextualizada e engajada. Destaca-se, dessa maneira, a realização de eventos que articulam academia, movimentos sociais, sociedade civil e equipamentos do poder público, bem como a produção de artigos para divulgação científica, como monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Em termos práticos, a atuação do Transpasse se dá através de plantões semanais nos quais são realizados atendimentos jurídicos e psicossociais com pessoas trans e travestis, buscando construir, compreender e reconhecer suas demandas em relação ao acesso à cidadania. Os atendimentos são realizados pela equipe do projeto que é composta por estudantes da graduação, pós-graduação e profissionais da Psicologia e do Direito, buscando a interdisciplinaridade do conhecimento e das práticas de ambas as áreas. A equipe do Transpasse é composta por professoras da UFMG; por estudantes da graduação, pós-graduação e profissionais da Psicologia e do Direito que realizam os atendimentos; e pela secretaria do projeto, responsável pela organização do plantão, incluindo dos documentos funcionais para a rotina e manejo dos atendimentos.

O Transpasse foi idealizado a partir de uma articulação entre movimento social e universidade e emerge como uma iniciativa de extensão interdisciplinar voltada à promoção dos direitos de pessoas trans e travestis. A motivação para sua criação partiu da observação crítica e escuta atenta das barreiras sistêmicas que pessoas trans e travestis encontram no acesso a serviços públicos, especialmente jurídicos e psicossociais. Essa constatação, largamente mobilizada pelo movimento social, evidenciava uma realidade

profundamente marcada pela falta de acessos das mais diversas ordens e, também, com contextos de criminalização dessas experiências e sujeitos.

O primeiro atendimento do Transpasse aconteceu no final março de 2019. No seu primeiro ano de funcionamento, o projeto alcançou 49 pessoas e realizou cerca de 200 atendimentos (Transpasse, 2019). No ano seguinte, com o início da pandemia de Covid-19, foi necessário reestruturar a dinâmica de trabalho, como ocorreu em diversos contextos ao redor do mundo. O Transpasse adaptou-se às novas condições, passando a realizar atendimentos de forma remota, por meio de mensagens de texto, chamadas telefônicas e vídeo chamadas, durante os anos de 2020 e 2021. O cronograma de trabalho seguiu o calendário escolar da Universidade e os atendimentos, nesse período, deixaram de se concentrar em um único dia da semana, como era a prática habitual nos encontros presenciais.

Entre os anos de 2020 e 2021, foram realizados 283 atendimentos, com 30 usuárias sendo atendidas em 2020 e 48 em 2021. É importante demarcar que, diante do agravamento da vulnerabilidade social e econômica enfrentada por pessoas trans e travestis durante a pandemia de Covid-19, houve um esforço contínuo por parte da equipe do projeto para manter os vínculos já estabelecidos e alcançar novas usuárias. No entanto, as limitações no acesso a tecnologias de comunicação impuseram obstáculos significativos ao trabalho remoto, dificultando o contato com parte do público atendido. Foi um período marcado, portanto, pela falta de notícias de algumas usuárias e o próprio desaparecimento de três delas, cujos falecimentos foram confirmados posteriormente (Transpasse, 2023).

Em abril de 2022, o Projeto Transpasse retomou os plantões presenciais, seguindo as recomendações estabelecidas pela UFMG, assegurando condições adequadas para a realização dos atendimentos. Ao longo desse ano, foram realizados 123 atendimentos, a 33 usuárias do projeto. Observou-se, nesse período, um aumento significativo das situações de vulnerabilidade enfrentadas pelas assistidas, decorrente dos efeitos prolongados da pandemia de Covid-19. Muitas relataram o surgimento de novas dificuldades ou o agravamento de condições pré-existentes, como o empobrecimento extremo, o uso prejudicial de drogas, o encarceramento e a intensificação da violência cometida contra as assistidas.

Com a retomada das atividades presenciais em 2022, a equipe se deparou com os efeitos acumulados desse processo que aprofundou a precarização das condições de vida do público atendido. Esses impactos seguiram sendo observados ao longo de 2023 e 2024, período em que se observou um aumento da vulnerabilidade social na vida das assistidas. Nesse período, o Transpasse ampliou significativamente o número de atendimentos e pessoas acompanhadas pelo projeto, chegando ao número de 859 atendimentos, respondendo a um cenário mais complexo e demandante, que exigiu a reformulação constante de estratégias e nos mostrou a importância do fortalecimento dos vínculos com as usuárias.

O desenvolvimento e a ampliação do alcance dos atendimentos realizados ao longo do período contribuíram para a consolidação de um reconhecimento progressivo do trabalho desenvolvido pelo Transpasse junto aos equipamentos da rede municipal de Belo Horizonte. Esse reconhecimento se expressou, de forma concreta, na intensificação das articulações intersetoriais e no acionamento recorrente da equipe do Transpasse por diferentes serviços da rede, especialmente em situações que demandavam abordagens qualificadas, sensíveis e alinhadas às especificidades das assistidas. Nesse processo, o fortalecimento do vínculo com as equipes dos equipamentos públicos mostrou-se de fundamental importância, uma vez que possibilitou a construção coletiva de estratégias e encaminhamentos mais efetivos. Destacam-se, nesse sentido, as articulações estabelecidas com o Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM), o Centro de Referência LGBT (CRLGBT) e o Centro de Referência em Saúde Mental (CERSAM), que se constituíram como parceiros estratégicos na elaboração de respostas interdisciplinares e contextualizadas.

Este livro tem como objetivo apresentar a atuação do projeto de extensão Transpasse nos anos de 2023 e 2024. Ao longo do texto, trataremos de diferentes tópicos e os ilustraremos, sempre que possível, por meio da narrativa dos casos e trajetórias de assistidas e acompanhadas pelo projeto. Nessas situações, preservamos rigorosamente o anonimato das assistidas, utilizando nomes fictícios e outros recursos que impossibilitem sua identificação. Consideramos que essa forma de construção textual evidencia

como a atuação do Transpasse se dá em diálogo com as demandas trazidas pelas assistidas e com aquilo que conseguimos produzir de forma conjunta.

O intuito é construir um livro que mostre as singularidades das trajetórias de nossas assistidas e das estratégias construídas para tensionar os regimes de visibilidade e poder que atravessam o sistema de justiça criminal. São situações que nos mobilizam e dão sentido ao trabalho coletivo do projeto, aproximando o texto da prática cotidiana. Não queremos colocar as experiências de nenhuma delas como geral, muito menos fixar entendimentos universalistas das experiências das travestilidades. Sabemos que o grupo de pessoas que acessa o Transpasse tem suas particularidades e faz parte de um contexto específico. **Nos interessa esta experiência singular que se dá na relação entre o direito, a dimensão do gênero e da sexualidade e a ação das instituições da justiça e da segurança pública na criminalização desses corpos.**

Levando em conta que a maioria das assistidas enfrentam dificuldades ou impossibilidades de vinculação à maioria dos serviços ofertados pela rede socioassistencial e pelo sistema de justiça, consideramos um privilégio poder estabelecer esse vínculo, conhecer suas histórias, e poder retribuir com assistência jurídica e escuta. Nosso compromisso, enquanto projeto de extensão, é mobilizar de forma crítica e estratégica os saberes e recursos da universidade pública e da comunidade trans em favor de pessoas trans e travestis marcadas por trajetórias de marginalização e criminalização.



2. metodologia de atendimento jurídico e psicossocial de pessoas trans e travestis: a experiência do projeto transpasse

Augusto Gusmão Wandalsen Mendonça
Ísla Pereira Ribeiro Sena Silvestre
João Pedro Martins Silveira
Sofia Freire

A metodologia do projeto se desenvolve e se renova a partir do diálogo com suas usuárias e usuários, aperfeiçoando a assistência psicossocial e jurídica. A criminalização ganha forma através de um conjunto diverso de práticas materiais e discursivas, sendo assim um fenômeno dinâmico, adaptável e ativo e isso implica realidades em constante construção, materializadas em práticas cotidianas (Vidal, 2025). A partir disso, o Transpasse passa a ser entendido, então, como laboratório de experimentação, promovendo um espaço privilegiado de reflexão e prática no que toca o desenvolvimento de estratégias processuais e psicossociais específicas as singularidades

dos casos. Dessa maneira, a metodologia do projeto busca considerar as vulnerabilidades presentes nas trajetórias das assistidas, promover o reconhecimento e a legitimidade de seus testemunhos, historicamente desconsiderados, bem como de suas estratégias psicossociais prévias às problemáticas relatadas, e realizar a análise dos processos criminais para a construção de planos de atuação efetivos. Para isso, é necessário um espaço de escuta e de desenvolvimento de intervenções, encaminhamentos e procedimentos técnicos (Prado, Vidal e Lamounier, 2025).

2.1. plantões de atendimento

O atendimento ao público do projeto Transpasse se desenvolve por meio de plantões, que acontecem todas as sextas-feiras, das 12h às 14h, sob demanda espontânea¹. Chegando ao plantão, as pessoas são recepcionadas no balcão da secretaria e aguardam no salão de espera, onde transitam a equipe do projeto, outros funcionários da Faculdade de Direito e pessoas que chegam ao local em busca de informações. Esse espaço de encontro entre as usuárias é um espaço de sociabilidade importante, que estabelece uma dinâmica de conexão e possibilidade de vínculos diferente daquelas que são convencionadas em atendimentos. No salão de espera também é servido um lanche de forma a incentivar a socialização das assistidas e também na proposta de fornecer uma segurança alimentar, considerando o perfil do público atual que se encontra, em sua maioria, marginalizado e em situação de rua.

No ano de 2024, devido à alta demanda do projeto, a equipe estabeleceu um limite de pessoas assistidas por plantão, no intuito de conservar a qualidade dos atendimentos, e elaborou em conjunto um sistema de agendamento. Nas sextas-feiras, então, são atendidas até 16 pessoas que, de acordo com as demandas do caso, têm seus retornos marcados para a próxima semana, de 15 em 15 dias, ou até mesmo com acompanhamentos mais espaçados. Essa frequência é definida a partir de diálogo da equipe de referência com a

¹ Em março de 2025, com o intuito de aprimorar a qualidade dos atendimentos e acompanhamentos dos casos, houve a redução do número de atendimento em cada plantão. A equipe estabeleceu o número máximo de 16 atendimentos por plantão e passou a combinar com as assistidas que frequentam o plantão com regularidade agendamentos periódicos de acordo com as demandas de cada caso. Nesse sentido, a metodologia atual conta com um misto entre demandas espontâneas, para novas assistidas ou caso excepcionais ou emergentes, e agendamentos prévios, semanais, quinzenais ou mensais, para assistidas regulares.

própria assistida, assim como das reuniões de equipe que acontecem depois dos plantões.

No balcão da secretaria, onde as usuárias são recepcionadas, elas fornecem seu nome em ordem de chegada e aguardam comendo o lanche, fornecido pelo projeto, e socializando umas com as outras e com a equipe. Os atendimentos acontecem com um representante da equipe do direito, responsável pela coleta de informações jurídicas, e outro da psicologia, responsável pelo atendimento psicossocial.

No primeiro atendimento, em que são realizados a busca e avaliação da demanda jurídica, também é feita uma entrevista semidirigida, elaborada para acessar dados importantes para um diagnóstico de situações-problema, sendo um instrumento de orientação que permite abertura da fala e construção do vínculo. Essa entrevista semidirigida, parametrizada pela estrutura de uma anamnese, contém dados sobre a saúde da assistida, educação, informações sobre sua vida profissional, moradia e outros aspectos que com o tempo podem ser alterados de acordo com as mudanças de realidade a que a usuária é apresentada, sendo por isso atualizado com frequência pelos colaboradores do projeto. O atendimento psicossocial em conjunto visa a definição de profissionais de referência para cada assistida, o que, formando vínculo com a usuária, proporciona a possibilidade de escuta e evolução para a construção de uma demanda com a equipe.

2.2. equipe jurídica: cinco anos de atuação e a consolidação de metodologias

A equipe jurídica do Transpasse utiliza o conhecimento e o acesso ao campo do direito de forma estratégica, crítica e criativa a fim de entender como é possível incidir, seja dentro ou fora do judiciário, para interromper ou mitigar processos de criminalização das usuárias do projeto. A partir de uma escuta qualificada e conjunta com a equipe psicossocial, buscamos entender, mapear e construir as demandas jurídicas junto às assistidas, levando seus testemunhos a sério, organizando e registrando informações-chaves.

Nos casos das pessoas que já possuem processos criminais ativos, realizamos o estudo e passamos a acompanhar as movimentações dos autos com o intuito de informá-las sobre suas pendências com o judiciário,

esclarecer dúvidas e orientá-las, visando evitar que sejam levadas ao cárcere. Além disso, a partir da análise e acompanhamento dos autos, identificamos possibilidades de ação e diligências que favoreçam a permanência das nossas assistidas fora do cárcere.

Ao nos depararmos com relatos de violência, nossa equipe faz o trabalho de ouvir e registrar o máximo de informações com o propósito de juntar dados para produzir e enviar ofícios expondo as ocorrências às instituições (como o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Secretaria de Segurança Pública, etc) e aos atores da rede de serviço. Sabemos, a partir dos relatos das nossas assistidas, que em muitos espaços institucionais elas não são ouvidas ou, quando são, não são devidamente levadas a sério. O objetivo dos ofícios, então, é demandar ação e pressionar institucionalmente esses órgãos e sujeitos, com o compromisso de reafirmar e cobrar a observância dos direitos de pessoas trans e travestis, fortalecer suas demandas e dar legitimidade e encorajamento às assistidas.

Quando vemos que há a necessidade de uma assistida ir até determinados espaços que podem ser violentos e/ou difíceis de serem acessados, especialmente quando enfrentam estados de maior vulnerabilidade, selecionamos pelo menos um membro da equipe para acompanhá-la. No caso de Perla, fomos até a DECRIN (Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou Contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência) com ela para pedir que o histórico de ocorrência do Registro de Evento de Defesa Social (Reds)² constasse informações muito relevantes para qualquer tipo de investigação que viesse a ser realizada. O Reds já existia, mas não contava com quase nenhum dos elementos que Perla tinha nos relatado com riqueza de detalhes. Mesmo com a presença de dois membros do Transpasse encontramos resistência dos agentes em fazer as alterações, que só foram realizadas depois de argumentarmos com três pessoas diferentes como era importante.

No caso de Helena, a acompanhamos em uma audiência de justificação realizada no seu processo de execução penal, marcada devido a notícia de que teria cometido um delito enquanto cumpria o regime de prisão domiciliar. Na data da audiência, contudo, o mal entendido já tinha se resolvido e

2 Equivalente ao Boletim de Ocorrência no Estado de Minas Gerais.

Helena tinha sido absolvida nos autos que a acusavam do delito que deu razão à audiência. Ainda assim, diante do justificado medo de Helena de retornar ao cárcere, além de elaborarmos um relatório de acompanhamento, também fomos com ela até a audiência com o intuito de garantir que ela seria respeitada e demonstrar que ela é amparada pelo Transpasse. A integrante do projeto conseguiu assistir a audiência e conversar com o juiz. Helena continua cumprindo sua pena em liberdade.

Com Vilma nós fomos ao Fórum, até a secretaria de uma Vara Criminal, para garantir que ela fosse citada no balcão. Nos autos constava sua citação por edital e um pedido do Ministério Público de que o processo fosse suspenso. Na teoria, algo simples de se resolver. Contudo, Vilma é uma travesti negra que vive em situação de rua há pelo menos quatro anos e não possui nenhum documento de identificação. Assim, soma-se às dificuldades e entraves ao uso de nome social a ausência de documentos de identificação que costumam ser exigidos para acesso ao Fórum. Apesar disso, apresentando o projeto, sem esquecer de mencionar a vinculação à UFMG, e explicando detalhadamente o motivo da nossa ida, conseguimos ir até a secretaria e realizar a citação sem maiores intercorrências.

Os relatos evidenciam que o acompanhamento das assistidas oferece respaldo institucional importante, especialmente diante do fato de que, quando estão sozinhas, muitas vezes não recebem o tratamento adequado, são alvo de discriminação e têm seus direitos negados. Nos espaços do sistema de justiça, enfrentam barreiras que dificultam significativamente a regularização de suas pendências legais. Observamos com frequência, que o próprio sistema de justiça criminal impõe, e conseqüentemente produz, obstáculos que inviabilizam o cumprimento dessas exigências e, posteriormente, utiliza o não cumprimento como justificativa para levá-las ao cárcere, perpetuando o ciclo de criminalização de suas experiências.

Apesar de sabermos que cada caso é um caso e sempre buscamos construir as demandas junto às assistidas, recentemente conseguimos elaborar métodos e planos de ação mais consolidados para a equipe jurídica. Daremos destaque para essa metodologia consolidada a partir desses cinco anos de prática, da qualificação da nossa atuação e do maior entendimento

das nossas possibilidades enquanto projeto de extensão de uma universidade pública federal frente ao sistema de justiça criminal.

Inicialmente, falaremos de quais são os cuidados e principais pontos de interesse da equipe jurídica no primeiro atendimento realizado com cada nova assistida. Esse momento inicial é crucial para que consigamos identificar todos os processos criminais ativos aos quais as atendidas respondem e, a partir disso, repassar informações para as assistidas e elaborar planos de ação. Para ilustrar a construção desse método, apresentaremos um caso que nos alertou para como precisávamos qualificar as informações que coletamos e nosso modo de buscar os processos criminais das assistidas.

Em seguida, vamos falar a respeito dos relatórios de acompanhamento que elaboramos e articulamos para que cheguem ao sistema de justiça criminal. Relatórios de acompanhamento são produzidos desde quando as atividades do Transpasse foram iniciadas. A novidade, contudo, é que conseguimos definir com maior precisão momentos chave dos processos das assistidas e quais são as informações relevantes que precisam constar em cada um dos relatórios para alcançarmos o objetivo de mantê-las fora do cárcere.

2.2.1. primeiro atendimento e seus cuidados

Dara passou pelo primeiro atendimento no Transpasse em maio de 2023. Tínhamos acabado de migrar para o novo sistema de armazenamento de dados, vinculado ao domínio da Faculdade de Direito da UFMG, e seu caso é um dos primeiros registrados. Como de costume, focamos o primeiro atendimento em apresentar o nosso projeto, explicar quais os nossos objetivos e limitações e, posteriormente, realizamos nossa entrevista semidirigida com ela.

Em 2023, para descobrir a existência de processos criminais buscávamos registrar dados básicos como nome de registro (nome morto)³, RG, CPF, naturalidade, cidades onde morou⁴ e se já foi presa. Se a resposta

³ O nome de registro é importante porque a maioria dos processos, mesmo tendo em algum momento menção ao nome social da assistida, como no Registro de Evento de Defesa Social (Reds) ou na oitiva realizada durante o Auto de Prisão em Flagrante Delito, vemos que alguns dos agentes dos órgãos do sistema de justiça não utilizam o nome social nas suas petições ou, mesmo que usem, esses nomes não são cadastrados nos autos dos processos judiciais eletrônicos.

⁴ Essa informação é importante para que possamos saber em quais portais e tribunais devemos tentar encontrar processos das pessoas assistidas. Cada Estado brasileiro possui um sistema diferente de processos judiciais eletrônicos e, por isso, buscamos em cada um desses portais,

da última pergunta for sim, procuramos entender onde e quando. Dara se mostrou aberta a responder as perguntas e compartilhar sobre sua vida. Jovem, negra e com apenas 21 anos naquele primeiro encontro, nos disse que nasceu em Belo Horizonte e morou em cidades da região metropolitana enquanto crescia, mas tinha voltado à capital mineira. Ela e a mãe estavam em situação de rua há algum tempo, passavam a maior tempo na região central, enfrentavam várias situações de vulnerabilidade e já tinham sido presas juntas por tráfico. Dara nos disse que sabia que tinha processos criminais, mas não sabia os números deles, assim como não sabia o seu RG e nem o seu CPF. Ela não portava seus documentos porque tinha medo de perdê-los, mas nos garantiu que eles estavam guardados no Albergue Tia Branca, onde às vezes pernoitava.

Utilizando o seu nome de registro, tentamos encontrar os processos de Dara com uma busca no PJe⁵ e no SEEU⁶. A tentativa se mostrou infrutífera. O nome morto de Dara, algo como “João da Silva”⁷, é muito simples e comum, o que fez com que a busca indicasse milhares de processos. Explicamos essa situação para ela e falamos que, se quisesse nosso auxílio, deveria trazer seus documentos para viabilizar a busca e o repasse de informações dos seus processos.

Nos dois próximos atendimentos de Dara, ela deixou de trazer seus documentos. Ela sempre aparecia muito animada e disposta a conversar com a equipe. Ainda assim, não conseguir acessar seus processos, algo essencial para conseguirmos prestar auxílio jurídico, causava certa preocupação na equipe. Foi aí que, durante seu terceiro atendimento, uma advogada que compunha a equipe do Transpasse deu a ideia de tentarmos a busca pelo PJe com o nome de sua mãe, na esperança de encontrarmos registro do processo em que as duas respondiam juntas. Somente após três semanas de atendimento encontramos um processo de Dara. Conseguimos ver nos autos o seu CPF e realizamos a busca no portal agora com dois dados: seu nome

tomando por base a informação de onde as assistidas moraram, a fim de conseguirmos encontrar todos os processos a que respondem.

5 Sistema de processos judiciais eletrônicos de primeira instância utilizado em Minas Gerais.

6 Sistema Eletrônico de Execução Unificado, onde acompanhamos processos de execução.

7 Reforçamos que não é o nome de registro verdadeiro da assistida. Incluímos esse nome como exemplo, para que seja possível entender a dificuldade de encontrar seus processos somente com esse dado.

de registro e seu CPF. Encontramos seus processos criminais e passamos a acompanhá-los.

Dara frequentava nossos plantões quase todas as semanas e nós passávamos informações atualizadas dos seus processos, que não tinham pendências muito urgentes. A situação se manteve assim até agosto de 2023 quando, numa quarta-feira, recebemos a notícia de que ela tinha sido presa e que, aparentemente, ela já estava com um mandado de prisão em aberto. Estranhamos a informação, visto que nos acompanhamentos semanais realizados não víamos nenhum processo com mandado de prisão em aberto e nem tínhamos notado risco de que isso acontecesse.

Diante da estranheza, lembramos de um outro sistema de informações que poderia ser útil naquele momento: o Sigpri⁸. Utilizando o nome, o RG, o nome da mãe e data de nascimento, o portal nos permite pesquisar a situação carcerária de indivíduos e nos informa onde a pessoa está presa. Foi assim que confirmamos que Dara estava presa no Ceresp Gameleira (Centro de Remanejamento Gameleira), mas não sabíamos o porquê. Munidos dessa informação, fomos atrás de contatar agentes e instituições que pudessem esclarecer a situação, suspeitando que poderia ter sido uma prisão em flagrante.

No dia seguinte, recebemos notícias de uma juíza que conhecia o trabalho do Transpasse há alguns anos. Dara estava presa preventivamente porque não tinha comparecido aos autos. Autos dos quais nem ela e nem nós sabíamos da existência. Ela já tinha passado pela audiência de custódia e sido liberada, mas nos preocupou muito o fato de não termos conseguido encontrar esse processo. A juíza nos enviou o número que identificava os autos e, com ele, conseguimos acessá-lo. Rapidamente entendemos qual foi o problema. O CPF de Dara não estava cadastrado no PJe, um descuido que nos pegou desprevenidos e gerou uma situação que avaliamos como muito grave. Uma usuária regular do Transpasse foi presa por não ter comparecido aos autos, o que poderia ter sido evitado de forma relativamente simples se estivéssemos acompanhando aquele processo.

Essa situação nos levou a pensar formas mais eficientes de acessar todos os processos criminais das pessoas que passam pelo nosso atendimento

8 Sistema integrado de gestão prisional.

e reformular nossa forma de conduzir primeiros atendimentos. Fizemos um teste e solicitamos a expedição da Certidão de Antecedentes Criminais (CAC) de Dara para ver se o processo que antes não tínhamos acesso estava registrado no documento. A CAC trouxe uma lista de processos aos quais a assistida respondia, o que nos permitiu encontrar não só o processo que a tinha levado para a prisão, mas também um outro do qual não tínhamos notícia.

Dessa maneira, conseguimos consolidar uma metodologia fixa para primeiros atendimentos. Continuamos aplicando o nosso questionário, perguntando o nome de registro, o RG, o CPF, a naturalidade e se a pessoa atendida já foi presa. Agora, contudo, damos ainda mais importância para o registro dos nomes das cidades por onde as assistidas passaram, visto que em Minas Gerais a expedição da CAC é vinculada aos municípios, e também registramos o nome da mãe, informação que é importante principalmente para pessoas cujo nome de registro é comum. Com essas primeiras informações fazemos uma busca rápida no PJe e no SEEU, a fim de identificar se existem processos e se há alguma situação que demanda ações urgentes da nossa equipe.

Ainda assim, combinamos com a pessoa assistida de retornar no próximo plantão de atendimento para que tenhamos tempo de analisar todos os processos e passar informações certas e completas. Durante a semana, fazemos o requerimento da CAC em cada município por onde a usuária passou, sabendo que a sua expedição pode demorar até dois dias úteis. Anexamos o documento no nosso sistema e procedemos ao estudo dos autos processuais encontrados para que, no nosso próximo atendimento, consigamos informar a assistida dos processos a que responde, suas pendências judiciais e possíveis planos de ação que visualizamos.

Situações semelhantes à de Dara não são incomuns. Uma grande parte das pessoas que passam por um primeiro atendimento no Transpasse possui pouca ou nenhuma informação sobre seus processos judiciais, muitas vezes se limitando a saber que tem ou já teve alguma pendência com a justiça criminal. Uma parte considerável das assistidas, principalmente as que estão em situação de rua, não tem ou não porta seus documentos de identificação e nem sabe os números de memória. Por isso precisamos ser criativos, registrar

o máximo de informações possíveis e buscar meios de conseguir acessar seus processos. Essa metodologia delineada para primeiros atendimentos, contudo, tem se mostrado efetiva e nos permite acessar autos que antes ficariam desconhecidos até uma situação mais grave, como uma prisão inesperada, ocorrer.

2.2.2. relatórios psicossociais: o Transpasse no sistema de justiça

Por algum tempo, o Transpasse experimentou diferentes formas de incidir nos processos das assistidas. Fizemos relatórios psicossociais, selecionamos causas estratégicas para realizar o cadastro de alguma das integrantes da equipe como advogada, buscamos contato direto com representantes das instituições do poder judiciário, entre outras táticas que fizeram sentido para a equipe em momentos específicos. Com o tempo, percebemos que assumir a função de advocacia nos processos não parecia ser uma boa ideia. Com uma equipe pequena, de grande rotatividade e com poucas pessoas advogadas, vimos que não conseguiríamos dar conta dos prazos e das burocracias que envolvem essa atuação.

Assim, nos dedicamos aos relatórios psicossociais, pensados caso a caso para serem enviados às autoridades que já estavam cadastrados nos processos, como defensores públicos, promotores, juízes e até desembargadores. Por muito tempo não existiu um olhar sistematizado para quando fazíamos esses relatórios, para quem deveríamos endereçá-los e sobre o que precisava constar no documento. A preocupação maior era – e ainda é, em grande medida – **fazer aparecer** nos autos coisas que não costumam aparecer sem a nossa intervenção e fornecer informações que possam manter as assistidas fora do cárcere.

Para enviar os relatórios íamos atrás de canais de comunicações que nem sempre funcionavam, procurávamos endereços de e-mail que poderiam nos colocar em contato com quem precisávamos falar, mas que raramente chegavam aos nossos destinatários finais, e tentávamos telefones institucionais que não nos permitiam um diálogo direto com os agentes que queríamos conversar. Muitas vezes recorremos à contatos e conhecidos de pessoas da equipe para conseguir formas de comunicação fora dos canais institucionais, principalmente em casos que demandavam ações mais urgentes.

Isso mudou quando, em agosto de 2023, fizemos uma reunião com o coordenador criminal da capital da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais à época. Na oportunidade, conseguimos apresentar o Transpasse, o nosso público e argumentar como muitas delas eram criminalizadas e encarceradas em decorrência direta das condições de vulnerabilidade que enfrentam. Em contrapartida, o coordenador nos explicou a estrutura da Defensoria Pública, onde estão presentes e, mais importante, nos forneceu um endereço de e-mail para constituirmos um fluxo inicial, onde podemos contatar a Defensoria Pública para enviar informações que consideramos relevantes para o processo e que podem subsidiar a defesa técnica realizada. Por meio dele, nossos relatórios chegam diretamente para o coordenador, que então os encaminha para os defensores públicos responsáveis pelos processos. Começamos, então, a ter uma sistematização quanto ao canal de envio e definição da destinação dos nossos relatórios. Essa sistematização foi o início daquilo que se consolidaria em 2025, com a celebração do Acordo de Cooperação Técnica nº 15/2025, entre a Defensoria Pública e a UFMG, com o objetivo de estabelecer um fluxo formal de encaminhamento de pessoas trans e travestis atendidas pelo projeto.

O fluxo de encaminhamento de relatórios funcionou bem, o que nos fez perceber desencaixes na nossa própria atuação. Alguns relatórios que fazíamos pareciam não ter um objetivo específico, sendo apenas um conjunto de dados e informações mais ou menos ordenadas que não cumpriam o papel que deviam. Ou seja, vimos que era importante repensarmos a forma como produzimos os relatórios, o conteúdo de cada um deles e qual finalidade tinham.

Fizemos o exercício de refletir sobre os casos que já vimos e atuamos, obtendo bons resultados, e construímos uma linha do tempo tomando por base um processo de conhecimento criminal e um processo de execução, a fim de entender onde se localizava cada um dos relatórios que fizemos, quais informações seriam mais importantes para aquele momento e quais outras intervenções poderíamos pensar com essa visão ampliada. Assim, conseguimos organizar de forma esquemática as nossas possibilidades de atuação para cada fase dos processos que acompanhamos, estruturando uma

metodologia de trabalho própria do Transpasse que conta com **sete tipos** de relatórios de acompanhamento.

2.2.2.1. fase pré-processual

Vânia era acompanhada pelo Transpasse desde maio de 2023. Ela é uma mulher trans negra, na casa dos 40 anos, sem ensino médio completo e natural de São Paulo. Vânia compartilhou conosco que tinha uma trajetória longa de vida nas ruas e que já tinha passado por muitas cidades no interior de Minas Gerais. Vânia vive com HIV. Começou a fazer pista muito cedo, com onze anos de idade, mas nos disse ter parado há alguns anos porque queria constituir família.

Naquele primeiro momento identificamos somente um processo que deveríamos acompanhar. Vânia respondia por roubo majorado em um processo sem evidências concretas e uma história que já era familiar. Ela e outras duas amigas travestis estavam sendo acusadas de roubar um homem com quem uma dessas amigas tinha feito um programa. O envolvimento de Vânia na ocorrência não era bem descrito e isso, somado à ausência de provas, levou à sua absolvição em agosto daquele ano.

Entre momentos de maior proximidade e distanciamento, continuamos acompanhando Vânia. Em janeiro de 2025, enquanto estávamos retornando do recesso de final de ano, tivemos a notícia de que ela tinha sido detida e iria passar por audiência de custódia. Buscando mais informações, vimos que, na verdade, aquela era a segunda detenção da assistida na mesma semana. Ambas ocorrências relacionadas e tipificadas como tráfico de drogas. A primeira, na qual Vânia e uma amiga, também trans, tinham sido pegadas com uma quantia mais significativa de drogas, tinha rendido uma liberdade provisória com medidas cautelares diversas da prisão: comparecimento mensal à Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (CEAPA), não se ausentar de Belo Horizonte e manter seu endereço atualizado.

Na segunda vez, da qual recebemos notícia, Vânia estava com somente quatro pedras de crack. Ainda assim, um alerta se acendeu. Com duas prisões em flagrante no intervalo de seis dias, provavelmente seria aplicada uma prisão preventiva. Tivemos que nos articular rapidamente e, sem saber se conseguiríamos contatá-la antes da audiência de custódia, elaboramos um

relatório em seu favor. Nesse caso, consideramos estratégico dizer da trajetória de vulnerabilidade de Vânia: do histórico de vida nas ruas, do histórico de problemas com o uso de álcool e outras drogas, das dificuldades financeiras e do acesso escasso a direitos básicos. Ressaltamos as dificuldades que atravessavam suas tentativas de reestruturação e os contextos de transfobia e racismo vividos cotidianamente. Além disso, apostamos no vínculo de Vânia com o Transpasse, argumentando que ela costumava ser frequente nos nossos plantões de atendimento e sempre diligente em relação a qualquer pendência jurídica. Finalizamos arguindo a importância de que ela permanecesse em liberdade e tivesse incentivos para fortalecer seu acesso a equipamentos públicos que ampliassem suas condições de acesso à saúde, trabalho e outros direitos fundamentais.

No dia seguinte, após a realização da audiência de custódia, tivemos uma boa notícia. Vânia tinha recebido novamente a liberdade provisória, com aplicação das mesmas medidas cautelares diversas da prisão da primeira prisão em flagrante. O relatório que enviamos foi mencionado pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública, tendo ambos requerido a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. Ainda durante a audiência, a promotora falou com Vânia e disse para ela retornar ao Transpasse, reforçando a importância desse vínculo que ela tinha constituído com o projeto.

O caso de Vânia demonstra bem a nossa atuação nessa fase que chamamos de pré-processual, iniciada na prisão em flagrante, passando pela audiência de custódia, pelo oferecimento da denúncia por parte do Ministério Público e se encerrando com a decisão de recebimento da denúncia por parte do magistrado. Vânia foi um caso um pouco excepcional, em que conseguimos agir ainda antes da audiência de custódia. Via de regra, contudo, as notícias da prisão em flagrante chegam depois da sua realização. Assim, pensamos em **dois tipos de relatórios que conseguimos produzir neste momento**.

O **primeiro deles** é para o caso de uma assistida ter sua prisão em flagrante convertida em prisão preventiva, situação na qual temos como objetivo conseguir a sua revogação⁹. Para a construção desse tipo de

9 O art. 316 do Código de Processo Penal prevê que: “O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a prisão preventiva se, no correr da investigação ou do processo, verificar a falta de motivo para que ela subsista, bem como novamente decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem”.

relatório, temos especial atenção ao art. 312 do Código de Processo Penal, que diz as motivações que devem estar por trás de uma decisão que decreta a prisão. Assim, reforçamos que nossas assistidas são pessoas que enfrentam as mais diversas situações de vulnerabilidade, como a trajetória de vida nas ruas, ausência de renda, dificuldade de acessos a direitos básicos como alimentação, questões de saúde mental e uso de álcool e outras drogas, encarado pela nossa equipe também como uma questão de saúde. Além disso, argumentamos também a existência do vínculo com o Transpasse, como na caso de Vânia, para que entendam que nós buscamos cumprir um papel de informar e auxiliar as assistidas com suas pendências judiciais. O vínculo, nesse caso, funciona também como uma forma de garantir que elas não irão fugir da “aplicação da lei penal”.

A **segunda situação** é diante da concessão da liberdade provisória com a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão que vemos como inadequadas por funcionarem somente como uma forma de manter o ciclo de criminalização e encarceramento dessas experiências. O exemplo mais comum é a aplicação da medida cautelar de monitoração eletrônica para pessoas em situação de rua. Recentemente, devido à Resolução nº 412 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece diretrizes e procedimentos para a aplicação e o acompanhamento da medida de monitoramento eletrônico de pessoas, isso tem sido cada vez menos comum. Ainda assim, é um relatório que já fizemos e que argumenta sobre a inadequação da medida, especialmente porque pessoas em situação de rua não costumam ficar 24 horas abrigadas em instituições, circulando na cidade para acessar diferentes serviços da rede socioassistencial, além de estarem expostas à condições de alimentação precária e violência, de forma que o deslocamento faz parte da própria dinâmica de uma pessoa que possui essa trajetória.

Essa argumentação também pode ser instrumentalizada para argumentar contra a proibição de acesso ou frequência a determinados lugares, especialmente quando são lugares que fazem parte do circuito onde as pessoas transitam até para acessar direitos básicos como alimentação, higiene e repouso, e contra o recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga. Assim, esperamos conseguir a revogação dessas medidas que consideramos prejudiciais para as assistidas, uma vez que são praticamente

impossíveis de serem cumpridas. É uma tentativa de fazer valer o art. 282, inc. II, do Código de Processo Penal, pressionando para que sejam observadas as condições pessoais das pessoas acusadas.

Aqui, o argumento do vínculo ao Transpasse pode ter também um papel importante. A lógica é que essa frequência das assistidas aos plantões de atendimento pode ser vista pelos agentes do sistema de justiça quase como uma alternativa às medidas cautelares, visto que elas podem ficar a par dos seus processos e receber auxílio da nossa equipe para cumprir com as determinações do judiciário.

Ambas intervenções da fase pré-processual são relacionadas à audiência de custódia e suas consequências. Para nós, esse realmente é o momento chave desta etapa inicial, no qual devemos agir para impedir ou revogar a prisão das assistidas do Transpasse. Mais adiante, com o recebimento da denúncia e determinação da citação das acusadas, inaugura-se o que temos como a fase processual.

2.2.2.2. fase processual

Taty é uma travesti negra, alta, de quase 40 anos, nascida em um município da região metropolitana de Belo Horizonte, mas com um histórico de migração por outras cidades do interior de Minas Gerais e do Espírito Santo. Taty costuma aparecer nos nossos plantões bem humorada e disposta a conversar, sempre fazendo brincadeiras com várias pessoas da equipe e com as outras assistidas na sala de espera. O primeiro contato dela com o Transpasse foi em agosto de 2023, quando passou por apenas dois atendimentos. Ela tinha acabado de voltar à Belo Horizonte e, apesar de estar em situação de rua, já estava ficando em um abrigo do município.

Depois de somente dois atendimentos, paramos de ter notícias de Taty. Isso perdurou até agosto de 2024, um ano depois, quando ela voltou ao nosso plantão. Ela nos contou que tinha passado o último ano fora de Belo Horizonte. Ela tinha voltado com um namorado antigo, descrito como ciumento e abusivo, e foram para o Espírito Santo, onde passaram alguns meses até começarem a fazer o caminho de retorno para Minas Gerais. Foi durante uma briga que Taty abandonou o namorado e voltou para Belo Horizonte, determinada a não voltar com ele por causa das brigas, do estresse e do ciúme.

Mais uma vez, Taty já estava se vinculando a um abrigo no município e nos falava da vontade de organizar a vida agora que estava solteira. Foi aí que ela disse de uma situação que ocorreu quando estava no Espírito Santo. No meio de um dos conflitos dentro do relacionamento, quando já estava estressada e com o desejo de voltar à Minas Gerais, Taty e o namorado foram a um CRAS em busca de passagens de ônibus. Diante da negativa por parte das funcionárias, ela acabou entrando em uma briga e danificando alguns objetos da instituição, o que deu origem a um processo criminal. Taty e seu namorado foram presos em flagrante, e conquistaram a liberdade provisória diante do cumprimento de medidas cautelares de proibição de se ausentar da comarca do ocorrido, proibição de frequentar “bares, boates, prostíbulos e assemelhados”, proibição de frequentar aquele CRAS e, por fim, o recolhimento de fiança de dois mil reais de cada.

Como não tinham dinheiro para pagar a fiança, continuaram detidos até a decisão de habeas corpus que determinou a soltura, visto que “se encontravam presas há mais de seis dias, tão somente pelo não pagamento do montante arbitrado [...] de modo que é presumível a sua situação de hipossuficiência”. Conseguimos descobrir o número do processo, que naquele momento tinha apenas o oferecimento da denúncia por parte do Ministério Público, e nos articulamos para enviar um documento à Defensoria Pública do Espírito Santo, solicitando que atuassem no caso de Taty, já que tínhamos alcance limitado por se tratar de outro estado. Na ocasião, o órgão não tomou nenhuma medida.

Em dezembro, o juiz responsável pelo processo recebeu a denúncia e determinou a citação da nossa assistida. Se iniciava ali a nossa fase processual. Tentaram intimar Taty em alguns endereços, mas não a encontraram. Sem novas notícias do paradeiro da assistida, o Ministério Público entendeu que mantê-la em liberdade era uma ameaça à ordem pública e pediu a revogação da liberdade provisória, com a consequente decretação da sua prisão preventiva. Diante dessa situação, conversamos com Taty e, com seu aval, produzimos o relatório.

Nele, falamos sobre a trajetória de Taty ao retornar ao município, tendo ficado em situação de rua, passado por diferentes instituições de abrigamento e enfrentando situações de racismo e transfobia cotidianos. Noticiamos seus

esforços de conseguir se vincular a diferentes serviços da rede socioassistencial do município, a realização de um curso de capacitação e inserção no mercado de trabalho e, talvez o mais importante, informamos um endereço onde a assistida poderia ser encontrada para citação. Recentemente, Taty tinha sido contemplada com o bolsa moradia, um auxílio financeiro para pagar aluguel, e estava morando em um pequeno quarto de hotel no centro de Belo Horizonte.

Reforçamos que ela estava se organizando, que tem um forte vínculo com o Transpasse, que estava buscando formas de superar as condições de vulnerabilidade que a atravessavam e elaborando novos projetos de vida, de modo que determinar a sua prisão teria efeitos desastrosos na sua trajetória. O não comparecimento aos autos diz muito mais das dificuldades de acesso à informação, de movimentos de migração e busca por melhores condições de vida de Taty, e não uma tentativa de fugir da justiça. Muito pelo contrário, sua vinculação ao projeto nos mostra que ela busca ser diligente com suas pendências.

Enviamos o relatório à Defensoria Pública do Espírito Santo diretamente, mas também acionamos o nosso fluxo com a Defensoria Pública de Minas Gerais, solicitando que fizessem essa ponte com quem quer que fosse responsável pela defesa de Taty. Junto a ele, anexamos nossa lista de presença referente às vezes que a assistida passou por atendimento. Dessa vez, nossa intervenção surtiu efeitos. O defensor fez uma petição que ligava o vínculo com o Transpasse ao compromisso de Taty em construir novas trajetórias de vida e de suporte institucional contínuo e especializado, que mitiga o risco de evasão. Além disso, argumentou também que não existiam fatos novos ou justificativas plausíveis para a revogação, uma vez que não há indícios de risco à ordem pública e que é importante considerar a condição de hipervulnerabilidade social da assistida.

O relatório que fizemos para Taty é o **primeiro** dessa fase processual, e um dos que fazemos mais comumente. Muitas vezes a citação e o comparecimento das assistidas nos processos é difícil, principalmente para aquelas que estão em situação de rua. A ausência de endereço fixo e o fenômeno da migração em busca de melhores condições de vida e/ou fugindo de conflitos dificultam a localização dessas pessoas por parte das instituições do sistema de justiça criminal. Muitas vezes, a resposta

do Ministério Público para isso é o requerimento de que seja decretada a prisão preventiva das pessoas acusadas. Por isso, o foco do relatório é dizer que essa falta está relacionada a condições de vulnerabilidade, ressaltar os esforços de reorganização das assistidas e que estão sendo acompanhadas pelo Transpasse, além de fornecer um endereço de referência.

No caso de pessoas em situação de rua, indicamos o equipamento da rede socioassistencial do município mais acessado pela assistida. Adotamos essa medida em conformidade com a Resolução nº 425/2021 do CNJ, que instituiu a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades, que prevê a possibilidade de utilização de um endereço da rede de proteção social como endereço de referência para essa população.

Ainda, concomitantemente à produção e envio do relatório, em processos que correm na comarca de Belo Horizonte, costumamos ir junto com a assistida à secretaria da Vara Criminal competente para que ela possa ser citada em balcão. Em todos os casos onde tomamos essas medidas, o Ministério Público voltou atrás com seu pedido de decretação de prisão preventiva ou o magistrado recusou o requerimento diante do nosso relatório.

O **segundo relatório** que podemos fazer nessa fase é com o intuito de dar mais subsídios para defesa a ser realizada pela Defensoria Pública. Nós o enviamos depois da realização da citação, a fim de qualificar a resposta à acusação, ou com a aproximação da audiência de instrução e julgamento. É um relatório que busca fazer aparecer nos autos o que as assistidas têm a dizer sobre o ocorrido, visto que seus testemunhos tendem a ser questionados e colocados em suspeição, sendo a descrição do histórico de ocorrência dos Reds utilizada como narrativa oficial do processo, ainda que tenha uma série de problemas (Nuh, 2018). Assim como nos outros relatórios, expomos as situações de vulnerabilidade enfrentadas pelas assistidas e os seus esforços de reorganização.

Além disso, buscamos colocar as assistidas em contato direto com a Defensoria Pública para possibilitar a elaboração de uma defesa mais estratégica e qualificada para o caso específico em questão. Por fim, caso seja possível e cabível, indicamos testemunhas que tenham presenciado o

ocorrido e consigam dar uma nova perspectiva para a narrativa dos autos. Isso é importante porque, na maioria dos casos, as testemunhas indicadas pelo Ministério Público são somente os policiais militares que conduziram a pessoa acusada até a delegacia, mesmo que tenham comparecido à cena posteriormente ao desenrolar dos acontecimentos.

São essas as duas principais intervenções que fazemos durante a fase processual propriamente dita. Uma no momento da citação, buscando impedir que haja o decreto de prisão preventiva, e outra para auxiliar a resposta à acusação e a instrução do processo, a fim de qualificar a defesa das nossas assistidas.

2.2.2.3. fase de execução criminal

Cintia passou pelo seu primeiro atendimento no Transpasse em agosto de 2024. Ela apareceu no plantão junto de várias outras travestis que, naquela época, tinham montado uma maloca perto da Faculdade de Direito da UFMG. Cintia é negra, está na casa dos 30 anos, não terminou o ensino médio e nos contou que estava em situação de rua há aproximadamente oito meses. Ela é natural de Belo Horizonte, mas passou a maior parte da sua vida em uma cidade de médio porte não muito distante. Cintia tinha voltado à capital mineira há poucos meses em busca de melhores condições de vida e, naquele momento, tinha encontrado um grupo de amigas com quem compartilhava os dias e os desafios de se estar em situação de rua.

No início, Cintia era um pouco mais assídua nos nossos plantões, o que começou a mudar quando aquele grupo acabou se desfazendo. Uma delas tinha se reconectado com a família e saiu das ruas, outra teve um problema de saúde e acabou sendo internada no hospital, e outras foram se afastando. Cintia, então, passou a ficar sozinha e andar pela cidade vendendo bombons e procurando bicos para ganhar dinheiro. Quando conseguia uma quantia razoável, escolhia pagar um quarto de hotel barato na região central para poder passar a noite fora das ruas.

Cintia possui somente um processo de execução penal, que ela cumpre desde 2017. Em 2022, estava encarcerada em regime semiaberto com trabalho externo autorizado, mas não efetivado. Considerando a ausência de unidade prisional adequada para cumprir pena, em agosto de 2022 ela teve

concedida, em regime excepcional, a prisão domiciliar, recebendo seu alvará de soltura. Em abril de 2024, Cíntia conquistou sua progressão para o regime aberto e manteve sua prisão domiciliar.

Encontramos seu processo logo nos primeiros atendimentos, principalmente porque ela já chegou ao nosso plantão preocupada com a sua situação e nos dizendo que estava em cumprimento de execução penal. Com maiores intervalos entre seus atendimentos naquele final de ano, não conseguimos fazer combinados e encaminhamentos que eram importantes no seu caso. Depois de setembro, Cintia compareceu ao nosso plantão somente uma vez em dezembro. Ficamos sem notícias dela até março de 2025, quando voltou preocupada com a situação do seu processo. Em uma consulta rápida, vimos novamente que precisávamos intervir e indicar um novo endereço de referência para ela. Combinamos uma data de retorno próxima, para que conseguíssemos conversar mais sobre a sua saída da cidade e construir juntos um bom relatório.

Infelizmente, Cintia não retornou na data marcada e as coisas começaram a progredir de uma forma ruim. Chegou aos autos notícia de que ela não estava no seu endereço de referência, uma ocupação popular em um bairro afastado na cidade onde morava anteriormente. Diante disso, o Ministério Público rapidamente pediu a regressão do seu regime e a expedição de mandado de prisão. Tínhamos registrado no sistema o número de celular de Cintia e, diante da urgência, buscamos contactá-la várias vezes, obtendo sucesso somente em duas tentativas. Ambas conversas foram breves e apressadas. Estando em situação de rua, Cintia não tem sempre acesso à internet e nem à pontos de tomada onde consegue carregar seu celular. Nas duas vezes em que ela atendeu, a primeira coisa dita era que seu aparelho estava acabando a bateria. Nenhum contato durou mais de três minutos.

Ainda assim, utilizamos os registros que já tínhamos em nosso sistema dos atendimentos passados e as informações das breves conversas para construir um relatório. Constatamos no documento a data do primeiro atendimento de Cíntia e o que conseguimos perceber como situações de vulnerabilidade que ela enfrentava, principalmente estando em situação de rua. Ressaltamos que em todos os atendimentos ela perguntava pelo seu processo, preocupada com um possível retorno ao cárcere, e se mostrava

disposta a sanar qualquer pendência. Listamos os equipamentos da rede socioassistencial que ela acessa e indicamos o que ela escolheu para ter como endereço de referência, visto que está em situação de rua. Então, finalizamos sugerindo que o processo fosse transferido para Belo Horizonte, a fim de possibilitar que ela possa cumprir a pena neste município enquanto corre atrás de melhores condições de vida.

Na semana seguinte ao envio do relatório, Cintia compareceu ao plantão. Lemos o que tínhamos escrito para ela e dissemos que já estávamos em contato direto com seu defensor público. Ela ficou feliz e agradeceu a atuação. O documento foi muito bem recebido pela Defensoria Pública, que o anexou aos autos e transformou nossa sugestão em um requerimento. O Ministério Público concordou com o pedido e, pouco tempo depois, foi proferida decisão que determinou a remessa do processo para Belo Horizonte. Ao receber a notícia, ela se emocionou. Com olhos marejados e aliviada, nos disse que seria muito injusto que fosse presa novamente porque não está fazendo nada de errado, apenas vivendo nas ruas e vendendo seus bombons para conseguir dinheiro.

O caso de Cintia apresenta o **primeiro** tipo de relatório que fazemos durante a fase de execução penal. É uma forma de regularizar a situação das assistidas e contestar requerimentos de regressão de regime por parte do Ministério Público. Nele, buscamos contextualizar as condições de vida da assistida, realçando as vulnerabilidades que enfrenta, demonstrar o vínculo com o Transpasse e, quando necessário, oferecer um endereço de referência.

Além dessa, temos duas outras formas de atuação possíveis. O **segundo relatório** é quando percebemos que chegou a data de uma progressão de regime ou do livramento condicional. Nem sempre esses prazos são acompanhados à risca e, muitas vezes, passam despercebidos. Assim, acompanhamos seus processos e, chegando momento, enviamos um relatório que chama a atenção para a chegada da data, expõe as boas condutas da assistida, sua frequência nos nossos plantões de atendimento e os vínculos que formou com a equipe.

O **terceiro**, e último desta lista, é o relatório produzido diante da chegada aos autos da notícia de cometimento de um novo crime e do pedido

de regressão de regime por parte do Ministério Público. Nesse caso, além de chamar a atenção para as situações de vulnerabilidade e o vínculo das assistidas com o projeto, argumentamos que fazê-las retornar ao cárcere pode gerar uma penalização desproporcional, ou uma dupla penalização. Isso porque, a partir da notícia do suposto cometimento de um crime, elas ficam sujeitas tanto às consequências no âmbito da execução, sendo a mais comum a anotação de falta grave com a consequente regressão do regime, quanto aos resultados do trâmite do novo processo instaurado. Então, com o intuito de evitar essa dupla penalização, argumentamos a importância de que elas continuem o cumprimento da execução fora do cárcere enquanto a nova ocorrência é apurada e julgada no âmbito do novo processo de conhecimento.

2.2.2.4. notas finais sobre relatórios psicossociais

Quando falamos dessa metodologia jurídica, algumas outras coisas precisam ser mencionadas. Ela foi consolidada a partir de exercícios criativos e de experimentação, com o tempo e com as articulações que estabelecemos, principalmente com a Defensoria Pública. Descobrimos intervenções e práticas que produzem resultados positivos nos processos das nossas assistidas, sucedendo em mantê-las fora do cárcere.

O esquema que construímos conta com sete tipos de relatórios. Assim, prestamos maior atenção em certos momentos e acontecimentos nos processos que acompanhamos, o que é importante para que não percamos a oportunidade de agir em prol das nossas assistidas em pontos estratégicos. Apesar disso, não é um método hermético. Precisamos nos manter criativos e saber que ele não encerra as possibilidades de atuação no contexto dos processos das assistidas.

Fazemos relatórios para serem juntados em Termos Circunstanciados de Ocorrência, seja para auxiliar as assistidas na audiência preliminar ou para contestar pedidos do Ministério Público que as prejudicam de maneira desmedida, e já fizemos relatório para pedir à Defensoria Pública que apresentasse o recurso de apelação contra a sentença que condenou nossa assistida. Ou seja, temos possibilidades de atuação para além desse quadro que desenhamos, cabendo outras intervenções que podem ser efetivas em diferentes casos.

Por fim, é interessante perceber que, apesar de produzirmos relatórios com intuito de que sejam juntados aos autos dos processos, o conteúdo deles não costuma ser jurídico, no sentido de que raramente citamos dispositivos legais ou criamos alguma tese de defesa. O foco é fazer aparecer nos autos as coisas que não aparecem normalmente, especialmente as condições e trajetórias de vulnerabilidade social enfrentadas pelas assistidas, assim como os seus esforços de ressocialização e reorganização apesar das dificuldades advindas dos contextos de discriminação que vivem. Os relatórios buscam dar visibilidade às trajetórias singulares a partir do princípio dos Direitos Humanos, registrando os testemunhos e redesenhando itinerários pessoais e sociais que tornam evidentes as complexas vulnerabilidades que incidem sobre as vidas trans.

2.3. equipe psicossocial

A equipe psicossocial se sustenta em três frentes de trabalho: (1) acolhimento e construção das demandas; (2) avaliação psicossocial das assistidas e acompanhamento dos casos; e (3) acionamento e articulação com diferentes atores institucionais. Essas frentes de trabalho não se desenvolvem de maneira isolada, mas se entrelaçam ao longo do processo dos atendimentos às assistidas do Transpasse.

Os atendimentos, na concepção psicossocial, buscam construir um diálogo ético e promover a criação de vínculos de confiança. Essa prática, que nomeamos de **escuta qualificada**, possibilita à equipe uma compreensão das demandas do sujeito, valorizando suas experiências, considerando suas necessidades e possibilitando que haja troca testemunhal (Fricker, 2007) entre as assistidas e a equipe do projeto. Para a equipe, além de ouvir uma queixa ou fala inicial, trata-se de entender as histórias e os atravessamentos de cada pessoa que é atendida pelo Transpasse.

E essas demandas passam por diferentes lugares, como alguns exemplos já ouvidos pela equipe: “eu não consegui ser atendida no posto de saúde”; “eu vim aqui com a minha amiga e ela disse que é importante olhar se a gente tem processo”; “eu não consegui pegar minha certidão de nascimento”; “hoje fui acordada por uma senhora que mora no prédio em frente de onde eu tava ficando, pedindo pra eu sair”; “como faço para retificar o meu nome?”;

“as coisas estão difíceis na rua, tá muito frio e as coisas pioraram depois que meu marido foi embora”; “me negaram a hormonização”; “eu gostaria de ser encaminhada para o acolhimento LGBT”.

A pluralidade dessas falas revelam a desafiadora realidade da atuação da psicologia nos plantões do Transpasse, que exige uma escuta sensível e multifacetada. Nesse sentido, encontramos sempre às voltas com o que é o objetivo da atuação do projeto, os incômodos da própria equipe e o que é trazido pelo sujeito como singular e contingencial na sua vivência, sem perder a pluralidade das demandas. É comum nos questionarmos: “o que ela espera encontrar aqui?”; “o que podemos fazer diante disso?”; “quais são os nossos limites de atuação?”; “o que funciona nas redes de saúde e socioassistencial que podem auxiliar e o que não - e porque não?”.

As perguntas levantadas nesse primeiro momento servem para se estabelecer um cálculo inicial das possibilidades de nossa atuação. Por exemplo, se uma assistida chega ao projeto com a demanda de abrigo permanente, entende-se que um encaminhamento de qualidade deve ser construído de maneira conjunta, pensando e elaborando os caminhos mais adequados. Ou, se é uma pessoa que esteja respondendo a um processo e que o Ministério Público tenha solicitado a revogação da sua liberdade provisória, acreditamos que a assistida possa ser beneficiada pela produção de um relatório psicossocial, demarcando a sua assiduidade no projeto e o quanto o seu retorno ao cárcere pode gerar uma penalização desproporcional.

Nesses dois casos hipotéticos, buscaremos acolher as assistidas e escutar as suas demandas. No primeiro exemplo, procuraremos entender sobre seu desejo por abrigo, sobre o seu histórico, como é o seu acesso à rede socioassistencial do seu município e quais os órgãos passíveis de serem acionados neste contexto. Assim, se uma assistida nos relata que tem sido acolhida e acompanhada por determinado Centro Pop, e esse caminho tem sido efetivo para suas demandas, faz sentido que o projeto entre na articulação respeitando o percurso previamente construído pela assistida e adaptando nossa metodologia de atuação, a partir das questões que interrogam caso a caso. Já no segundo exemplo, buscaremos acolher a apreensão da assistida em retornar ao cárcere e os impactos psicossociais ocasionados ao receber a notícia da solicitação de revogação da sua liberdade provisória, além de

discutirmos com ela e em equipe a melhor estratégia na construção de um relatório, a ser encaminhado para a Defensoria Pública, para evitar que isso aconteça.

Nessa dinâmica, a própria assistida, de forma ativa e em conjunto com a equipe, tece os elementos necessários para a escuta de suas demandas. O Transpasse, enquanto projeto de extensão, tem como objetivo atuar com pessoas trans e travestis que respondem a processos criminais e busca evitar a (re)criminalização de egressas do sistema prisional. No entanto, é na escuta qualificada - enquanto uma ferramenta de acolhimento e cuidado - que a equipe psicossocial vai entendendo as complexidade dos casos, considerando a história de cada assistida e os seus atravessamentos, valorizando as suas necessidades e experiências. O que buscamos estabelecer é algo para além do processo criminal. Procuramos proporcionar acolhimento e criação de vínculo entre a assistida e o projeto. Procuramos conexão. É a afirmação de uma postura ética, epistemológica e política pautada na compreensão da assistida enquanto sujeito singular, deslocando “a prática do cuidado vertical do conhecimento para com o e a usuária para uma prática colaborativa de responsabilidades e reflexão ética.” (Prado, 2018, p. 33).

Cabe a equipe da psicologia fornecer uma escuta que convide a assistida a nos contar sobre a sua rotina, sobre seus interesses, sobre seus conflitos, sobre os detalhes do supostamente trivial, buscando ultrapassar as demandas imediatas trazidas pelas usuárias, de modo que suas vivências possam ser apreendidas e compreendidas em um espaço de escuta, de olhar e de legitimidade de suas trajetórias. A partir disso, é possível iniciar um mapeamento de suas vulnerabilidades e demandas, seja no âmbito do sofrimento psíquico ou da assistência social, como demanda de emprego, de auxílio financeiro, de acesso à saúde, entre outros.

A seguir, destacaremos as frentes de trabalho da equipe de psicologia em diferentes subcapítulos. No entanto, é importante ressaltar, novamente, que elas não se desenvolvem de forma isolada ou linear, mas se articulam e se entrelaçam ao longo do processo de atendimento das assistidas do Transpasse.

2.3.1. acolhimento e construção das demandas

O trabalho da equipe de psicologia acontece, majoritariamente, nos momentos dos atendimentos individuais com o público do projeto. Se for uma nova usuária, a equipe se apresenta e, em seguida, realiza a entrevista semidirigida para o preenchimento da anamnese, colhendo informações como: dados pessoais, condições de moradia, vínculos familiares, fonte de renda, acompanhamento de saúde, entre outros. Esse momento se constitui como um primeiro espaço de acolhimento, no qual se procura entender a história desse sujeito e criar condições de estabelecimento de vínculo entre a equipe e a nova usuária. Se já for uma assistida, o atendimento se orienta pela escuta dos seus atravessamentos atuais, considerando as demandas previamente acompanhadas e aquelas que emergem no novo encontro. O acolhimento se configura como um processo contínuo de escuta das demandas e não apenas no primeiro atendimento da equipe com a pessoa.

Nesse contexto, os atendimentos individuais se organizam em torno das questões trazidas pelas novas usuárias e assistidas; contudo essas demandas nem sempre aparecem de forma explícita, mas se manifestam, muitas vezes, de maneira difusa e diversificada na fala de cada uma. Isso faz com que a demanda não seja compreendida como um dado fixo ou imediato, mas algo que precisa ser construído ao longo do processo de escuta. Assim, é preciso que a equipe psicossocial tenha um aporte teórico-metodológico que abarque, de forma estratégica, a construção dessas demandas.

Esse modo de condução dos atendimentos remete ao ponto central da atuação psicossocial do projeto: a escuta qualificada, aqui compreendida como um processo constante que envolve a promoção do reconhecimento da legitimidade das falas e dos testemunhos das assistidas. Nesse sentido, Fricker (2007) conceitua a troca testemunhal como uma “troca discursiva em que o conhecimento pode ser transmitido do falante para o ouvinte”¹⁰ (p. 16). Ao chegar ao atendimento do projeto, uma nova usuária ou uma assistida inicia uma troca discursiva com a equipe, transmitindo conhecimento sobre suas vivências e relatando algumas necessidades e anseios. Isso, que aqui chamamos de demanda, é transmitido de forma diversificada, podendo se

10 Tradução nossa, do original: “discursive exchange in which knowledge can be imparted from speaker to hearer.” (FRICKER, 2007, p. 16).

relacionar a uma demanda jurídica, como no caso do exemplo anterior da revogação da liberdade provisória por parte do Ministério Público; a uma demanda socioassistencial, como no exemplo da solicitação de abrigo pelo Centro Pop; ou, ainda, ao desejo de compartilhar aspectos de suas vidas, como um novo relacionamento amoroso, por exemplo.

Diante dessa pluralidade de testemunhos, as diferentes modalidades de transmissão - demanda jurídica, demanda socioassistencial ou demanda pessoal - dizem, em seu âmago, da necessidade de um espaço no qual aquilo que está sendo falado possa ser ouvido e legitimado, seja para que as assistidas possam ter acesso a determinada informação ou direito, ou para serem ouvidas sobre acontecimentos do cotidiano. A procura pelo projeto, nesses casos, mesmo quando não corresponda diretamente com a proposta de atuação do Transpasse, aponta para a necessidade de um mediador que possibilite esse acesso, ainda que por meio de encaminhamentos para outros órgãos. É nesse sentido que a função da equipe psicossocial se exerce enquanto suporte, na tentativa de fazer com que a troca entre as novas usuárias, as assistidas e os seus interlocutores possa ser ouvida de forma recíproca. Ainda assim, exercer essa função de suporte para que a troca discursiva ocorra é, intrinsecamente, complexo e desafiador, uma vez que envolve uma ampla gama de procedimentos necessários para sua efetivação.

Para exemplificar essa complexidade, retomemos o caso da assistida que deseja abrigo permanente: em um dos plantões do Transpasse, uma assistida em situação de rua fala do seu desejo por abrigo e das dificuldades encontradas para que essa demanda seja atendida pelos serviços socioassistenciais de seu município. Durante o atendimento, ela nos conta que, para solicitar abrigo pelo Centro Pop, ela precisa informar seus documentos para que possam cadastrá-la no sistema. Nessa escuta qualificada, as assistidas nos relatam sobre suas vivências em trajetória de rua, nos transmitindo o conhecimento de que nem sempre lembram os números dos seus documentos, como a carteira de identidade ou o Cadastro de Pessoa Física (CPF), ou que nem sempre é possível ter um local onde guardá-los, ou que, mesmo quando guardam seus pertences em uma maloca¹¹, no trânsito

¹¹ Maloca, no contexto de pessoas em situação de rua, é um termo utilizado para definir abrigo, moradia ou barraca. É um abrigo construído na rua, feito com materiais disponíveis, como lona, papelão, madeira, entre outros.

entre os seus diferentes locais de estadia, é possível que alguns desses itens acabem se perdendo. Então, neste contexto, não se trata de questionar os trâmites de funcionamento do equipamento ou de determinada rede de serviços, mas sim de evidenciar a troca testemunhal que, pelos mais variados motivos, pode não ocorrer diretamente entre uma assistida e seu interlocutor, tornando necessária a mediação: nesse caso, através da construção de estratégias com a assistida para que ela possa ter acesso aos documentos necessários para a solicitação de abrigo permanente no Centro Pop.

2.3.1.1. escuta qualificada e troca testemunhal

As situações descritas até aqui evidenciam que o acolhimento e a construção de demandas, no projeto Transpasse, ultrapassam o prescritivo e envolvem questões epistemológicas que atravessam o próprio ato de escuta. Diante disso, a seguir, torna-se necessário aprofundar teoricamente os fundamentos que sustentam o que chamamos de escuta qualificada, troca testemunhal e as suas formas de reconhecimento - ou não - das falas das assistidas.

No caso da assistida com o desejo pelo abrigo, por exemplo, troca testemunhal se efetivou quando a escuta permitiu que o conhecimento dela - sobre a posse ou não posse de determinados documentos no contexto de trajetória de rua - fosse transmitido para a equipe e nos servisse de guia para os futuros atendimentos. Levando isso em consideração, levanta-se uma questão: por que há a necessidade de um mediador na troca testemunhal entre as assistidas do Transpasse e seus interlocutores?

Fricker (2007) estabelece uma direção para nossa atuação. Primeiro, é importante salientar que a autora utiliza o termo **testemunhal** em um senso estendido: “contendo não apenas todos os casos de narração, mas também os casos de expressão de julgamentos, pontos de vista e opiniões a um interlocutor”¹² (p. 50). Essa concepção nos permite esclarecer a importância dada ao conceito, uma vez que, ainda segundo a autora, sua real importância no discurso humano é justificada por esse uso ampliado, embora sua estrutura, ética e epistemológica, esteja melhor exemplificada nos casos de narração,

¹² Tradução nossa, do original: “I use ‘testimonial’ here in an extended sense to include not only all cases of telling but also cases of the expression to an interlocutor of judgments, views and opinions.” (FRICKER, 2007, p. 50).

visto que o objetivo comunicativo fundamental da narração é a transmissão de conhecimento (p. 50). Nesse caso, consideramos como troca testemunhal tanto as interações realizadas entre as assistidas e a própria equipe do projeto, quanto seus encontros com órgãos da rede de assistência e dos sistemas de segurança pública e judiciário do município, uma vez que essas interações e esses encontros dizem de uma tentativa centrada no objetivo de transmitir determinado conhecimento sobre suas necessidades, demandas e dificuldades frente a uma situação problema (como, por exemplo, a solicitação por abrigo permanente).

Dado este objetivo fundamental, Fricker (2007) afirma que o ouvinte, na própria heurística da troca, faz avaliações espontâneas sobre a **credibilidade** de seu interlocutor, baseando-se em estereótipos que podem ser totalmente apropriados ou enganosos. Essas avaliações, no entanto, não ocorrem de maneira neutra e abstrata, mas sim situadas socialmente em determinado contexto. Isso quer dizer que as partes envolvidas na troca testemunhal estão inseridas em um contexto de mundo social em funcionamento, onde existem “instituições compartilhadas, significados compartilhados, expectativas compartilhadas e assim por diante”¹³ (Fricker, 2007, pp. 11-12).

Dentro do escopo desse compartilhamento, a autora (Fricker, 2007) cita também a existência compartilhada de concepções sociais de identidade, “concepções vivas no imaginário social coletivo que governam, por exemplo, o que é ou significa ser mulher ou homem, ou o que é ou significa ser gay ou hétero, jovem ou velho, e assim por diante.”¹⁴ (p. 14). É importante compreender que essas concepções imaginárias sobre uma identidade operam na troca testemunhal através de operações de poder.

Fricker (2007) entende poder como “uma capacidade prática socialmente situada de controlar a ação de outros, seja esta capacidade exercida (ativa ou passivamente) por agentes sociais específicos, ou, em alternativa, podendo ser operada de maneira puramente estrutural”¹⁵ (Fricker, 2007, p. 13). Assim,

13 Tradução nossa, do original: “shared institutions, shared meanings, shared expectations, and so on..” (Fricker, 2007, p. 11-12).

14 Tradução nossa, do original: “conceptions alive in the collective social imagination that govern, for instance, what it is or means to be a woman or a man, or what it is or means to be gay or straight, young or old, and so on.” (Fricker, 2007, p. 14).

15 Tradução nossa, do original: “a practically socially situated capacity to control others' actions, where this capacity may be exercised (actively or passively) by particular social agents, or alternatively, it may operate purely structurally.” (Fricker, 2007, p. 13).

nos termos da autora, compreender o poder social como uma capacidade significa compreender que o poder persiste e existe mesmo quando não esteja sendo realizado em uma ação, havendo uma capacidade por parte de agentes sociais (indivíduos, grupos ou instituições) de exercê-lo em relação a outros agentes sociais, ou também, podendo operar de maneira puramente estrutural, sem que haja um agente específico que o exerça sobre outro.

Em ambos os casos, a autora (Fricker, 2007) afirma que o poder é sempre um fenômeno estrutural, uma vez que depende da coordenação com outros agentes sociais e do alinhamento social em relação a uma imagem previamente compartilhada para ser exercido. Isto é, as pessoas envolvidas são apenas veículos do poder, uma vez que a capacidade de seu exercício está disseminada por todo sistema social, operando sem um sujeito.

O problema da troca testemunhal acontece quando o estereótipo utilizado para o julgamento da credibilidade do falante incorpora um preconceito baseado no imaginário social coletivo sobre uma identidade (Fricker, 2007). Neste momento, de acordo com a autora, opera uma disfunção epistêmica na troca, na qual o ouvinte faz um julgamento indevido da credibilidade do falante, podendo resultar na perda de conhecimento. Isto é, um falante recebe um déficit de credibilidade vindo de um preconceito identitário do ouvinte, impedindo a ação de transmitir um conhecimento na troca (Fricker, 2007, p. 28). Essa disfunção ética em que o falante é injustamente desvalorizado de sua capacidade como detentor de conhecimento é nomeada pela autora como injustiça testemunhal.

No que tange ao projeto Transpasse, as assistidas estão atravessadas por diferentes imagens sociais compartilhadas pelos seus ouvintes: são pessoas trans e travestis, em sua maioria negras e em situação de rua. Aqui, por fugir do escopo de nossa atuação e do que temos acesso em relação a essas trocas, não nos cabe supor ou estipular quais os imaginários sociais relacionados às assistidas do Transpasse. Entretanto, a nossa experiência, sobre o acesso aos espaços de interlocução do município, nos diz de algo da troca que não se efetiva na resposta de suas demandas. Assim, cabendo considerar que as identidades supracitadas carregam intrinsecamente imagens sociais que persistem sistematicamente em impedir a transmissão de conhecimento em uma troca.

Retomando o exemplo de demanda de abrigo permanente, seria possível afirmar que houve uma perda de conhecimento quando entra em cena a necessidade de apresentação dos documentos por parte da assistida. A troca não teve continuidade ao ponto de que o conhecimento, sobre o motivo pelo qual ela não possui os documentos, fosse transmitida ao Centro Pop, fazendo com que ela retorne ao projeto nos relatando esse impedimento sem demais orientações sobre como prosseguir. É claro que a apresentação dos documentos não tem por objetivo primeiro impedir ou barrar o processo de abrigo de uma pessoa em situação de rua, é algo prescrito em políticas públicas, mas diante de uma dificuldade na troca com seu interlocutor o resultado final foi este.

Cabe ressaltar que, nesse exemplo, o cerne da injustiça testemunhal não está localizado em uma suposta atuação falha dos agentes ou do funcionamento da instituição. Ele está, então, relacionado a uma injustiça epistêmica dentro de um padrão mais amplo de justiça social (Fricker, 2007). À vista disso, o Centro Pop funcionou como veículo para o exercício de uma operação de poder para a manutenção de determinada ordem social: a opressão¹⁶ sistemática de travestis negras em situação de rua.

Neste ponto, entra a resposta para a primeira pergunta elencada anteriormente: por que há a necessidade de um mediador entre as assistidas do Transpasse e seus interlocutores? Apesar das possíveis melhores capacitações dos agentes sociais frente ao acolhimento da população trans e travestis do município, o fenômeno da injustiça social age a partir de uma sistematicidade que tende a persistir (Fricker, 2007). As concepções imaginativas de uma identidade social, que vão caracterizar os preconceitos, pendem a serem vistas como características duradouras no imaginário social, persistindo sistematicamente nos mais variados regimes de escuta.

16 Fricker (2007) entende que a opressão pode ser explicitamente repressiva ou pode ser um subproduto silencioso de preconceitos residuais em uma sociedade liberal. Ao citar a autora Iris Marion Young caracteriza-se a forma residual de opressão como “A desvantagem e a injustiça que algumas pessoas sofrem não pela intenção de um poder tirânico de as oprimir, mas sim por práticas cotidianas de uma sociedade liberal bem-intencionada.” (FRICKER, 2007, p. 58; cf. YOUNG, 1992, pp. 175-176). Tradução nossa, do original: “Iris Marion Young characterizes the latter as “the disadvantage and injustice some people suffer not because a tyrannical power intends to keep them down, but because of the everyday practices of a well-intentioned liberal society’.” (FRICKER, 2007, p. 58).

Isso quer dizer que a equipe do Transpasse também não está fora da possibilidade de exercer uma injustiça epistêmica, uma vez que se trata de um fenômeno sistemático que diz de um imaginário social ao qual também compartilhamos. Assim, torna-se necessário mecanismos teórico-metodológicos para que possamos constantemente interrogar e revisar nossa atuação. Inclusive, nos questionarmos qual o diferencial da escuta de equipe do Transpasse frente às demandas, aos testemunhos trazidos pelas assistidas.

Desse modo, reconhecer a legitimidade dos testemunhos das assistidas do projeto implica a escuta qualificada, entendida aqui pelo exercício da virtude da justiça testemunhal, possibilitando à equipe a construção da demanda com o sujeito, valorizando suas experiências e considerando suas necessidades e nos diversos aspectos de seu dia a dia. Essa escuta sensível, como sugere Fricker (2007), não ocorre de outra maneira a não ser em treinamento, em parceria, em presença, se adaptando continuamente com a experiência individual e coletiva.

No próximo subcapítulo retornaremos ao cotidiano do projeto Transpasse e vamos abordar os desdobramentos da escuta qualificada e da troca testemunhal construída com as assistidas.

2.3.2. avaliação psicossocial e acompanhamento dos casos

Após os atendimentos realizados no plantão, a equipe realiza uma reunião interdisciplinar para a discussão e acompanhamento dos casos, com o intuito de fazer uma avaliação jurídica e psicossocial sobre os elementos levantados na escuta. No caso de primeiros atendimentos, retomamos a entrevista semidirigida para realizar essa avaliação. O questionário utilizado é dividido em cinco partes¹⁷:

1. A primeira parte levanta as informações básicas, como nome, nome de registro (nome morto), nome dos pais, data de nascimento, documentos (CPF e RG) e o endereço em que a assistida se encontra. Como informado anteriormente, esta parte é utilizada

¹⁷ É importante destacar que não necessariamente finalizamos esse questionário em um único atendimento. O formulário semidirigido vai sendo reutilizado, a depender dos casos e das discussões realizadas na reunião, sendo, portanto, instrumento metodológico constante nos atendimentos do projeto.

para o levantamento dos processos criminais a partir de nossa metodologia;

2. A segunda parte abarca informações que permitem a construção de um perfil sociodemográfico do nosso público, como autodeclaração de gênero e raça, nível de escolaridade, naturalidade e as cidades em que a assistida já viveu e como ela chegou até o projeto (indicação, encaminhamento e outras modalidades);
3. A terceira parte é um levantamento sobre as condições de acesso à saúde: se a assistida possui algum problema de saúde; qual foi o último acesso a rede de saúde pública e a frequência; se possui alguma infecção sexualmente transmissível (IST) e, caso sim, se realiza algum tipo de tratamento; se faz uso de álcool e drogas e com qual frequência; e, por fim, se tem acesso a tratamento hormonal e se deseja fazê-lo;
4. A penúltima parte do questionário busca mapear a realidade financeira e renda da assistida, como sua situação de empregabilidade, caso esteja trabalhando em algum emprego formal ou informal; se recebe algum auxílio ou benefício governamental; se possui interesses e experiências profissionais; se tem ou já teve a prostituição como forma de renda; e se tem contato ou relação com a família;
5. A última parte consiste em um levantamento jurídico, buscando saber se a assistida tem ou possui o desejo de retificar nome e gênero nas documentações, se ela já foi presa em algum momento de sua vida e se ela tem informações sobre algum processo que ela responda.

A equipe de psicologia fica responsável, durante a apresentação dos casos, de informar sobre as questões relativas à renda, moradia, saúde e história de vida. Com essas informações e respeitadas as trocas testemunhais, vamos realizando a avaliação psicossocial de cada assistida. É com o mapeamento da vulnerabilidade que se constitui um importante passo para o combate da criminalização de gênero, uma vez que “Precariedade, prostituição e migração são categorias que constroem a experiência de travestilidade ao

mesmo tempo em que participam ativamente na dinâmica articulatória da criminalização.” (Vidal, 2020, p. 97).

Segundo Vidal (2020), elementos comuns na trajetória de travestis são relacionados a um projeto de sociedade que se utiliza de um aparato punitivo para “fazer valer uma certa coerência de corpos” (p. 77). Levar em consideração a incidência desse aparato em um certo tipo de vida, uma vida que tensiona, mesmo sem querer, a fixação histórica das posições de gênero no corpo, é compreender que muitas vezes a égide das normas de gênero aflige desde cedo, já no contexto familiar. Assim, como nos relatam muitas assistidas do projeto, a autora nos mostra que a construção de trajetórias de precariedade se inicia através da expulsão de casa por pais, avós, tios e outros parentes que não aceitam a experiência da travestilidade das assistidas.

A falta de suporte familiar, em adição a falta de acesso ao suporte estatal, resulta na trajetória de precarização, que muitas vezes tem sua incidência nas ruas do município. Ainda, Vidal (2020) mostra como a falta de inserção no mercado formal de trabalho, a raça e o uso de substâncias configuram essa trajetória nas ruas e, nesse escopo de marginalização, elas são coibidas com formas outras de lidar com a precariedade de suas vidas. Como exemplo, nas palavras de Bia¹⁸: “é muito difícil chegar em qualquer lugar e as pessoas respeitarem, mas a gente se vira” (Vidal, 2020, p. 78).

Nessas tentativas de “se virar” nas ruas, as assistidas se deparam com inúmeros conflitos e situações de violências, como é o caso de Taty, conforme relatado anteriormente, que, vivenciando situações de violência dentro de seu relacionamento e estressada com as brigas causadas pelo namorado, acabou entrando em conflitos também com a equipe do CRAS do Espírito Santo quando tentou buscar auxílio para retornar para Belo Horizonte, respondendo por um processo criminal em decorrência do acontecimento (cf. p. 22 do livro).

A prostituição e a migração são correlatas desse processo de criminalização. Pela falta de acesso a empregabilidade, a prostituição aparece como maneira incipiente de renda. Acordos informais entre elas e os clientes acabam por fazer com que elas estejam vulneráveis a diversos tipos

18 Bia é o nome dado pela autora a um dos casos relatados na dissertação “Criminalização operativa: travestis e normas de gênero,” publicada em 2020 por Júlia Silva Vidal. O caso de Bia é relatado no “CAPÍTULO 03: Três atos da criminalização de travestis” para explicitar a criminalização pela precariedade.

de violências, como é o caso de Vânia que respondeu por um processo por roubo majorado por causa de um pagamento descumprido pelo seu cliente no contexto de prostituição (cf. p. 19 do livro). Enquanto a migração aparece na tentativa de encontrar um local possível de se estabelecer, em outra dinâmica, com outras oportunidades de organização e melhores condições de vida, sendo interpretada pela justiça como uma tentativa de fugir de suas responsabilidades judiciais, como no caso de Cíntia (cf. p. 27 do livro).

Ou seja, esses diferentes contextos de vulnerabilidade, junto com marcadores sociais de identidade (como raça, gênero, classe social, trabalho, por exemplo), se cruzam e se articulam, aparecendo nos processos criminais como furtos de pertences, como posse de drogas, como ameaça ou lesão corporal, sem que os demais elementos relacionados ao contexto de precariedade da assistida estejam presentes nos documentos. Por isso, a equipe de psicologia utiliza o questionário, a troca testemunhal e o relato das experiências das assistidas do Transpasse com as instituições da rede pública de serviços do município como ferramenta analítica e política para a avaliação psicossocial. Essa “avaliação” é um importante passo para elaborarmos estratégias de encaminhamentos para a redução dos quadros de vulnerabilidade e, conseqüentemente, promover uma atuação também preventiva à criminalização, na tentativa de promover acesso a um suporte socioassistencial que possibilitem novas formas de “se virar” na rua e outras oportunidades de organização que possuam menos riscos.

Com isso, nas reuniões de equipe, partimos das informações dadas pelas assistidas em nossos encontros e levantamos possíveis diligências e encaminhamentos a serem pensados¹⁹. Por exemplo, no caso de uma assistida que está em situação de rua e depende exclusivamente da prostituição como forma de renda, um encaminhamento para receber auxílio governamental pode significar a possibilidade de uma forma de organização financeira que não seja tão frágil ou tão dependente da negociação informal com seus clientes. Outra possibilidade, o encaminhamento para instituições municipais de abrigo também as distancia da realidade da rua, que por vezes é permeada pelo fácil

19 É nesse momento que é possível iniciar um mapeamento de suas vulnerabilidades e levantar diligências para a atuação, seja por meio de encaminhamentos na rede, como demanda de emprego, de auxílio financeiro, de saúde, entre outros, ou para a elaboração dos relatórios psicossociais realizados com o intuito de fazer aparecer seus testemunhos e suas trajetórias na argumentação processual,

acesso ao uso de substâncias, dificultando o processo de redução de danos, ou, simplesmente, para o acesso a itens de higiene básica para uma entrevista de emprego. No entanto, nenhuma dessas diligências e encaminhamentos pensadas em reuniões de equipe ocorrem sem conversarmos e pactuamos com as próprias assistidas nos plantões subsequentes.

É, também, na reunião de equipe que retomamos e discutimos as informações para o levantamento dos processos criminais. Como explicado anteriormente, precisamos do máximo de informações possíveis de uma assistida para que possamos ter acesso e estabelecer estratégias para a atuação jurídica em cada caso. Nesse sentido, estabelecer uma escuta que permita a troca testemunhal entre a assistida e o projeto é parte imprescindível para o funcionamento de nossa metodologia de elaboração de relatórios psicossociais, conforme explicado no item 2.2.2. deste livro.

No próximo item, iremos explicar com mais detalhes o funcionamento do acionamento e da articulação de rede que se dá após a avaliação psicossocial dos casos.

2.3.3. acionamento e articulação de rede

No âmbito da articulação com a rede de serviços, interlocuções e demais iniciativas, o Projeto Transpasse elabora documentos técnicos e realiza encaminhamentos a instituições, com o objetivo de viabilizar, para as assistidas, o acesso a serviços de saúde e assistência social identificados como demanda durante o processo de escuta e de troca testemunhal. Esses documentos e encaminhamentos fomentam a construção de parcerias com as redes de serviços e seus profissionais técnicos, produzindo ações que ocorreram por meio de e-mails, contatos telefônicos e pela proposição de reuniões presenciais e online, com o objetivo de discutir os casos. Nesse processo, o projeto vem consolidando, de forma contínua, vínculos com atores da rede de saúde e socioassistencial, movimentos sociais e outras iniciativas, por meio de reuniões institucionais, visitas técnicas e estratégias de diálogo interinstitucionais.

A partir dos atendimentos realizados e do compartilhamento de demandas pelas assistidas do Transpasse, a equipe passou a identificar possíveis serviços públicos que poderiam ser acessados por essas usuárias

como forma de promover o exercício de seus direitos. Diante dessas necessidades, foram elaboradas guias de encaminhamento contendo dados básicos das assistidas (nome, documento e data de nascimento), indicando que apresentaram demandas a serem acolhidas por serviços estaduais e/ou municipais da rede de saúde, assistência social, habitação, empregabilidade, entre outros. Essas guias são emitidas pela equipe do projeto e direcionadas aos equipamentos e serviços compatíveis com as necessidades identificadas.

A apresentação das demandas, realizada por meio dos relatos das assistidas, possibilita a elaboração de encaminhamentos adequados aos serviços competentes. No caso de Raquel, ao relatar que estava há meses sem acesso à medicação para HIV e com exames de carga viral desatualizados, foi orientada e encaminhada ao Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), onde teve acesso aos exames necessários e consultas regulares com um infectologista, além da sua terapia antirretroviral. Situação semelhante ocorreu com Andreia, que, por meio dos encaminhamentos realizados, obteve acesso ao abrigo, inserção no mercado de trabalho por meio de um projeto desenvolvido pelo município e à retificação de seus documentos. Nesses casos, é importante destacar também a participação das assistidas, que requisitam as guias de encaminhamento e conduzem ativamente seus próprios processos.

Tal como nos casos vinculados ao sistema de justiça, verifica-se que o acompanhamento prestado às assistidas — materializado, neste contexto, pelas guias de encaminhamento — gera impactos significativos em virtude do respaldo institucional proporcionado pelo projeto. O fortalecimento dos vínculos das usuárias com o Transpasse e com outros equipamentos da rede municipal ou estadual repercute nas considerações e condições dos atendimentos recebidos junto às instituições. Foi possível notar, por exemplo, em reuniões que trataram da possibilidade de abrigo, que o acesso e a frequência da usuária a serviços como o Centro Integrado de Saúde da Mulher (CIAM), o Centro POP, o Transpasse e instituições vinculadas a movimentos sociais foram consideradas nos estudos de caso e influenciaram na tomada de decisão pelos aparelhos institucionais da cidade.

A visibilidade alcançada pelo projeto possibilitou a formação de parcerias com profissionais comprometidos com a articulação de ações em

rede. A preocupação dos técnicos das instituições e da equipe do projeto, em reunir o máximo de informações para a construção dos casos, nos levou à abertura de canais de diálogo. A partir dessa interlocução, é possível tanto acessar quanto fornecer informações relevantes para a análise dos casos, avaliação das demandas e tomada de decisões que contribuam para o bem-estar das usuárias atendidas.

Para ilustrar essa possibilidade de atuação, trazemos o caso de Mallu, usuária com quem tivemos contato desde antes de seu primeiro atendimento no projeto. As primeiras informações sobre ela chegaram ao Transpasse por meio da Unidade de Acolhimento Transitório (UAT). Na ocasião, Mallu havia sido detida e se encontrava no Centro de Remanejamento do Sistema Prisional (CERESP). O coordenador da UAT, local onde estava acolhida, foi quem estabeleceu o contato conosco, destacando o bom vínculo que Mallu mantinha tanto com a instituição quanto com os profissionais do Centro de Referência em Saúde Mental, Álcool e Drogas (CERSAM-AD), onde realizava acompanhamento em saúde mental. A articulação com os profissionais da UAT e do CERSAM-AD nos permitiu construir uma rede de informações que qualificaram nosso atendimento, além de possibilitar compartilharmos informações que pudessem ser utilizadas na tomada de decisões considerando as particularidades de Mallu.

Os diálogos estabelecidos com outros profissionais eventualmente viabilizam o acesso a novos serviços, como atendimentos médicos direcionados às assistidas interessadas no processo transexualizador — especialmente no que se refere à hormonização — por meio de parceria com profissional da Faculdade de Medicina da UFMG; além de tratamentos odontológicos, realizados em colaboração com o projeto TransOdonto, da Faculdade de Odontologia da mesma instituição.

Ao longo desse percurso, também identificamos desafios significativos. Disputas e impasses, tanto entre instituições quanto no interior da própria equipe, estão presentes e por vezes dificultam a construção de respostas integradas. Nem sempre há abertura, por parte dos equipamentos, para o diálogo sobre as necessidades de suas usuárias, o que limita a articulação interinstitucional e dificulta avanços na consolidação de um atendimento mais estruturado; falta, também, clareza sobre a delimitação do fluxo e identificação

de competências específicas dos serviços ofertados pelo território. Esses são alguns dos desafios que enfrentamos nessa caminhada pela articulação com os equipamentos do município e do estado de Minas Gerais.

Temos a articulação em rede como fator fundamental para o sucesso dos encaminhamentos e para a execução das intervenções, uma vez que a criação e fortalecimento do vínculo entre assistidas e instituições de cuidado são primordiais para a garantia de direitos básicos. As políticas públicas, ainda que fundamentais, apresentam limites estruturais que frequentemente não conseguimos superar — o que também nos leva a reconhecer os próprios limites de nossa atuação. Ainda assim, a presença nesses espaços e o diálogo com os profissionais das diversas políticas públicas são fundamentais para a qualificação contínua de nossa atuação.

Como mencionado anteriormente, os encaminhamentos dependem diretamente da participação das assistidas, no que diz respeito à condução ativa de seus percursos. Suas escolhas e recusas fazem parte do processo, e nem sempre caminham no mesmo ritmo das propostas pensadas e realizadas pela equipe em atendimento. Respeitar essa participação, mesmo diante de impasses, é parte do compromisso ético com trajetórias que não se enquadram em respostas prontas ou lineares.

Por isso, em todo o processo de articulação de rede é necessário considerar os saberes adquiridos pelas assistidas e suas percepções sobre o acesso a determinados espaços para que os encaminhamentos sejam feitos de acordo com o espectro do que é possível para cada assistida. Fricker (2007) adverte que o dano primordial da injustiça testemunhal consiste no não reconhecimento de um sujeito em sua condição de conhecedor. De acordo com a autora, esse não reconhecimento é também injustiçar o sujeito em uma capacidade essencial ao valor humano, ou seja, a capacidade de razão.

Levar em consideração o conhecimento das assistidas, sua participação nos encaminhamentos e nas suas decisões é reconhecê-las em seu valor humano como detentoras de conhecimento e também como capazes de exercer compreensão diante de um novo saber. É comum que muitas assistidas se recusem ou não realizem diversos encaminhamentos sugeridos pela equipe, nesses casos é necessário que se abra novamente o espaço de escuta para

a compreensão de seus motivos. Dentre os motivos, por exemplo, a assistida pode ter tido uma experiência anterior ruim em determinado espaço ou ter uma ideia diferente sobre o que se trata aquele encaminhamento.

No caso de experiências anteriores prejudiciais ao vínculo da assistida com determinado equipamento, como por exemplo a presença transfobia ou racismo nos atendimentos, é preciso acolhê-las em relação ao que foi vivenciado e elaborar com elas outras possibilidades, como o encaminhamento para outra unidade ou acompanhá-las até o local, em vistas de estabelecer uma outra experiência entre elas e o serviço.

Nos casos de diferentes concepções sobre o serviço que o espaço oferece, os encaminhamentos para o tratamento de HIV e para redução de drogas no CERSAM-AD são, usualmente, os mais desafiadores por serem atravessados por diferentes estigmas carregados pelas próprias assistidas, como no caso de Samara que, muito impactada com o diagnóstico de HIV, teve dificuldades em iniciar o tratamento por se sentir “suja”, ou no caso de Genaro, que afirmava que não gostava de frequentar o CERSAM por ser “coisa de gente doida”. Nesses casos, é importante o acolhimento e levar em consideração suas ideias sobre o serviço, explicando para elas a real atuação dos espaços e como eles podem de fato auxiliá-las.

Alguns outros motivos também se apresentam: como a dificuldade de acesso aos medicamentos ou de inseri-los em sua rotina. Muitas assistidas relatam a perda dos medicamentos durante alguma mudança nas ruas ou acharem desafiador ingerir vários remédios ao longo do dia. Diante disso, pensar em um encaminhamento que seja funcional e efetivo para as assistidas diz também de construir estratégias conjuntas para que seja possível fazer a manutenção dos tratamentos. Uma estratégia efetiva pode ser guardar os medicamentos em uma instituição de política pública que elas frequentem cotidianamente para que elas criem o hábito de tomá-lo quando forem ao local, por exemplo.

Assim, novamente, retornamos a metodologia da psicologia em seu ponto de início: a necessidade de uma troca sensível com as assistidas a partir de uma adaptação contínua que reconheça seus testemunhos e sua capacidade como conhecedoras diante de novas informações para efetivar

um encaminhamento, mesmo que ele se faça por outros caminhos, caminhos que são sempre determinados justamente com a assistida e que possibilite a diminuição de seu quadro de vulnerabilidade.



3. transpasse em números: um retrato da criminalização de pessoas trans e travestis

Isadora Cunha Rodrigues
Júlia Silva Vidal

O presente capítulo apresenta um panorama geral dos atendimentos realizados nos anos de 2023 e 2024, tomando como referência os semestres letivos definidos pelo calendário acadêmico da UFMG. Essa delimitação é fundamental para a leitura e interpretação dos dados que serão apresentados, uma vez que o projeto Transpasse, enquanto extensão universitária, está sujeito às variações do calendário acadêmico, especialmente quanto ao número de semanas em cada semestre. Assim, eventuais variações de dias de plantão e, portanto do número total de atendimentos realizados, estão diretamente relacionadas à natureza própria do projeto.

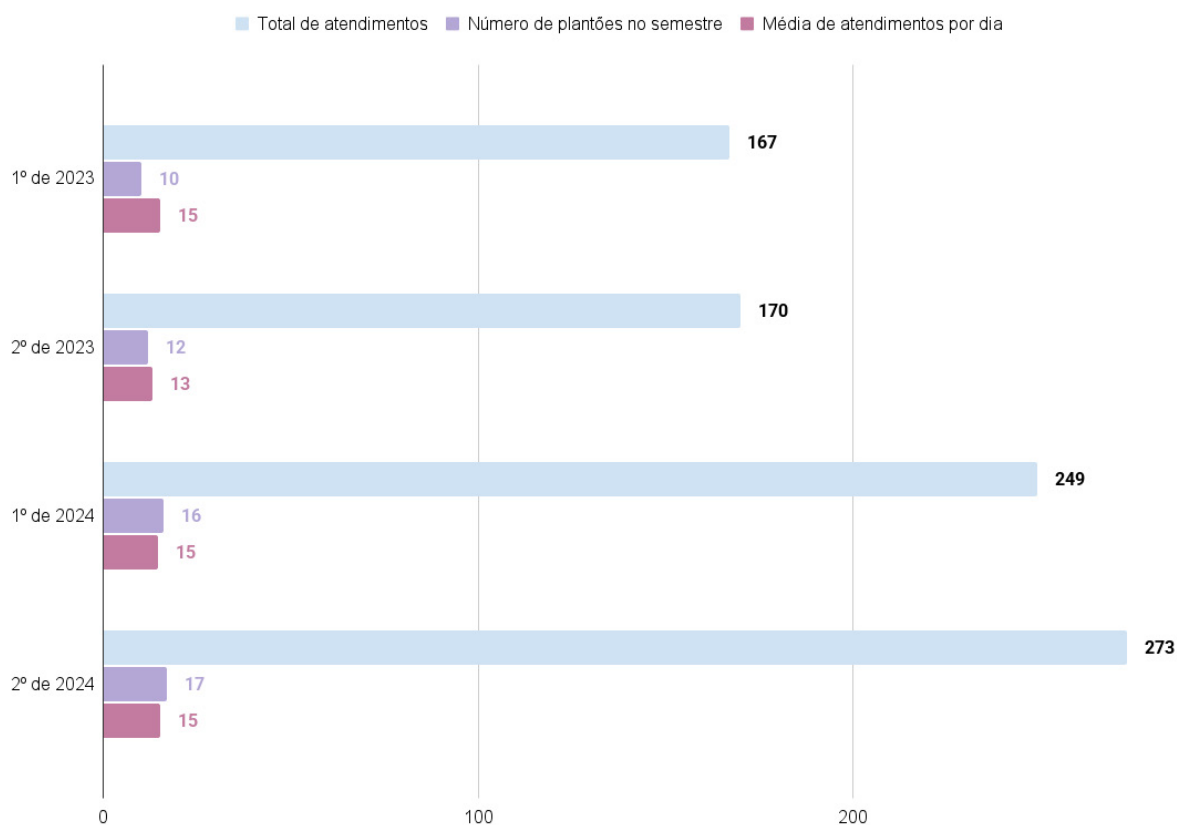


Gráfico 1 - Número de atendimentos por semestre

Ainda que o número de plantões por semestre tenha variado, a média de atendimentos por dia se manteve em 15. Nos semestres de 2024, como houve um maior número de semanas letivas, o projeto realizou mais atendimentos em comparação com o ano anterior. No total, ao longo de todo o período analisado, foram realizados 859 atendimentos.

Em todos os primeiros atendimentos, a assistida que se apresenta no plantão do Transpasse responde a um questionário que coleta informações gerais de identificação, cuidados com a saúde, situação socioeconômica e demais dados que podem auxiliar na busca de eventuais processos penais a que respondem. Tanto pessoas que já participam do projeto quanto aquelas que o acessam pela primeira vez podem ser atendidas nos plantões. Sendo assim, os dados apresentados a seguir referem-se não apenas as assistidas que ingressaram no projeto durante o período analisado, mas também àquelas que, ainda que iniciadas em anos anteriores, continuaram a frequentar os plantões entre 2023 e 2024.

Nesse intervalo, 127 trans ou travestis foram atendidas, das quais 80,5% não possuíam o seu nome retificado. Esse dado pode ser atribuído

à persistência de barreiras burocráticas, mesmo com a possibilidade de retificação extrajudicial. O procedimento ainda exige conhecimento específico, acesso a documentos e, até 2023, envolvia custos cartorários significativos. A gratuidade passou a vigorar apenas em 2024. Atualmente, para ter acesso gratuito ao procedimento, a pessoa deve comprovar hipossuficiência por meio de avaliação realizada pela Defensoria Pública ou pelos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e, ainda assim, enfrentam desafios relacionados à manutenção dos documentos necessários mesmo para o procedimento mais simplificado, sobretudo pela dificuldade da sua guarda quando estão em situação de rua.

No que toca à situação de moradia, 81,3% das assistidas têm trajetória de vida nas ruas, ainda que somente 30,7% delas tenha mencionado a frequência em abrigos da cidade. Quanto à raça/cor autodeclarada, em 75% dos casos, tratavam-se de pessoas negras, entre as que identificaram-se somente com a designação “negra” e também aquelas cuja identificação foi “parda” ou “preta”, conforme gráfico a seguir. Este dado repercute outros relacionados aos contextos de precariedade em que pessoas negras são maioria: maioria nas prisões, na extrema pobreza, na baixa escolaridade, e outras dimensões de exclusão historicamente consolidadas.

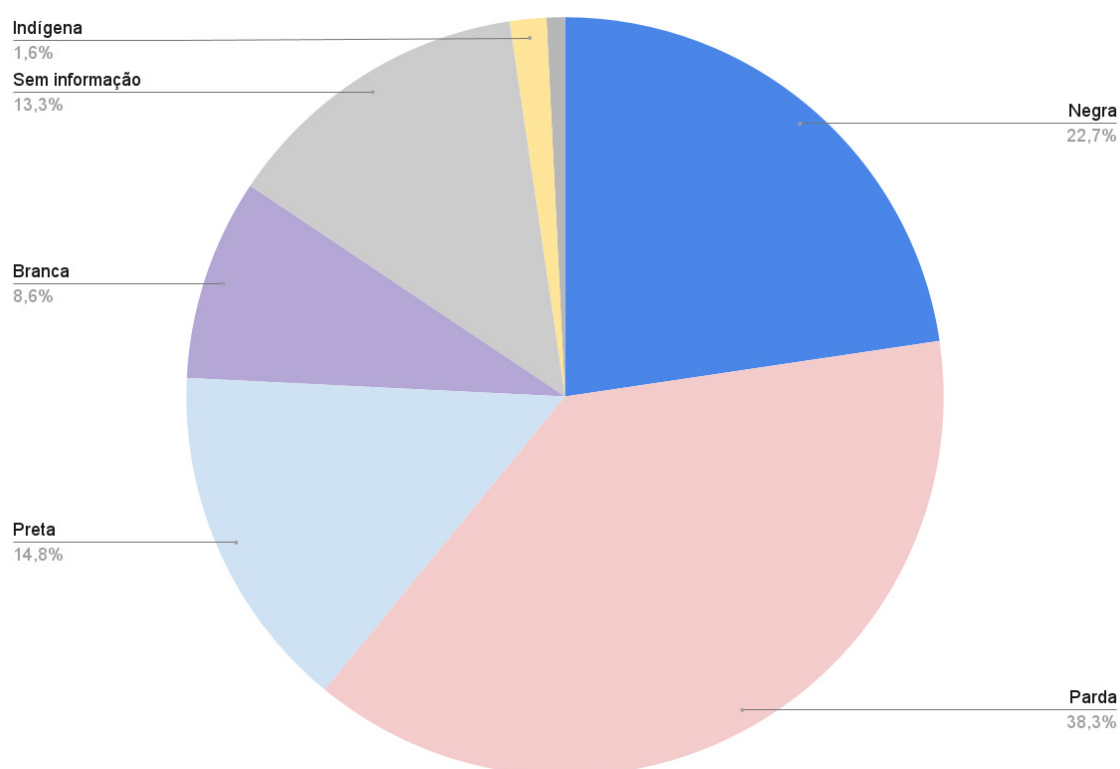


Gráfico 2 - Raça/Cor autodeclarada

Quanto à auto identificação de gênero, uma variedade de experiências apareceram: “sapatão”, “transmasculino”, “transformista”, “mulher cis”, “trans”, “homem cis”, “não binária” apareceram em até 5 casos cada, concentrando-se, porém, entre “mulher trans” e “travesti” que juntas somaram 82 casos (do total de 127 pessoas atendidas). No período, 10 pessoas que se identificaram como “homens trans” frequentaram os plantões do Transpasse.

Uma grande variedade de estados de origem também chama atenção. Ainda que a maioria seja de Minas Gerais (79), outros 13 estados foram informados: Pará, Sergipe, Rio Grande do Norte, Maranhão, Mato Grosso, Piauí, todos com pelo menos uma pessoa, dois casos de origem em Alagoas, dois casos do Ceará, Bahia com sete casos, Rio de Janeiro e São Paulo que juntos somam 10 casos.

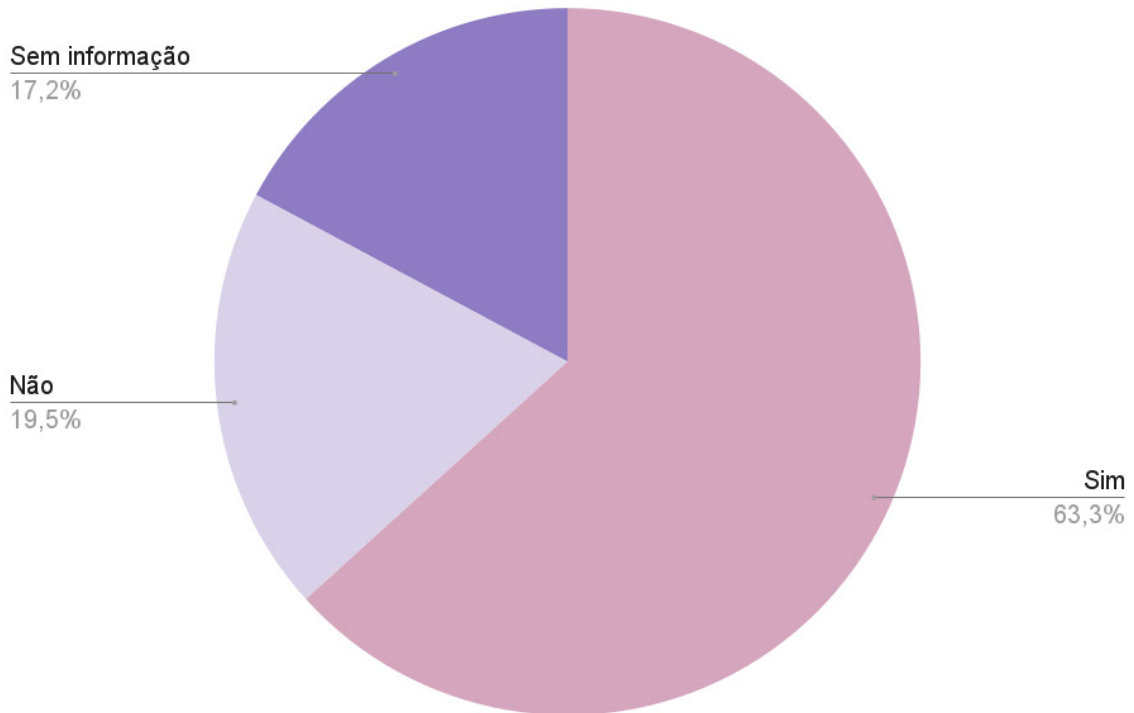
Essas informações, juntamente com os dados obtidos por meio da pergunta sobre os estados nos quais a pessoa já viveu, são utilizadas no projeto principalmente para identificar em quais localidades podem existir processos em andamento. Trata-se de uma espécie de linha do tempo que a assistida começa a traçar no primeiro atendimento, permitindo que os profissionais do direito compreendam em que período e em que localidade os fatos narrados podem ter ocorrido.

Os dados indicam que a maioria das pessoas atendidas nasceu em Minas Gerais, embora muitas tenham vivido em até outros quatro estados além do de origem. Na observação das do registro das datas de nascimento das assistidas, por sua vez, percebeu-se que as idades estão concentradas majoritariamente por volta dos dos 30 anos, com variações entre os 20 e os 40 anos de idade. Essas informações combinadas podem indicar uma tendência de saída precoce “de casa” e uma mobilidade interestadual em curto espaço de tempo.

No que se refere à escolaridade há variação nos níveis de conclusão, mas, de modo geral, a maioria não finalizou o ensino médio. Das 127 assistidas, somente 34 finalizaram o ciclo básico de estudos, e apenas 4 declararam ter ensino superior completo. Além disso, 57% das assistidas relataram depender de algum benefício social como principal fonte de renda, e 52% afirmaram não ter tido vínculo de trabalho formal recente. Entretanto, 63% das pessoas

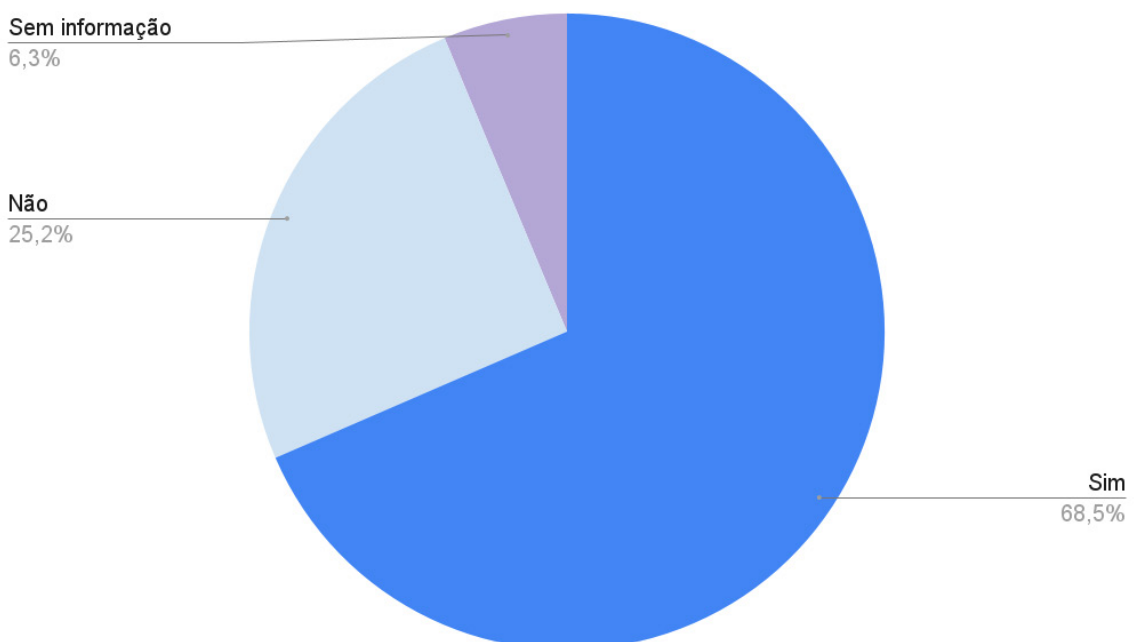
que responderam ao questionário declararam ter obtido renda a partir da prostituição.

Gráfico 3 - Trabalha ou já trabalhou com prostituição



Em quase 70% dos casos a resposta foi afirmativa à pergunta sobre já terem sido presas, informação que deixa evidente o recorte de público do projeto e mesmo a sua necessidade enquanto proposta de intervenção: a criminalização reiterada e a experiência do aprisionamento são fatos refletidos nesta apuração.

Gráfico 4 - Já foi presa/o?



Nos relatos dos atendimentos foi possível identificar alguns dos tipos de violências a que as assistidas relatam terem sido submetidas: foram 65% dos casos, excetuando-se apenas os registrados como “sem informação” que são pouco mais de 30% do total. Foram identificadas violências de diversos tipos: entre doméstica, familiar, de parceiros/as e comunitária, cerca de 30% dos casos. Violência policial e institucional representa 13% do total, além dos casos em que as violências se somam, que ultrapassam os 20%.

Os números encontrados no projeto espelham as estatísticas “oficiais” sobre a pobreza e a precariedade, principalmente relacionada a pessoas em situação de rua: quando se fala em violências os números batem recordes, mas quando se fala em acesso à educação, empregabilidade, possibilidades para emancipação social, os números apontam para um longo caminho a ser percorrido.

No questionário inicial há perguntas que permitem acessar o cotidiano de cuidados em saúde e doenças com as quais cada assistida eventualmente convive, além de possibilitar identificar a relação destas pessoas com o sistema de saúde. Ao serem perguntadas se convivem com alguma doença, mais de 40% das assistidas do projeto entre 2023 e 2024 responderam afirmativamente. Especificamente, daquelas que responderam que convivem com alguma doença, mais de 70% disseram convivem com HIV, sendo que 57% responderam que não convivem com nenhuma outra IST e 12% disseram que afirmaram que além do HIV, lidam com outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Outros tipos de doenças também foram mencionadas em 20% dos casos (retirando-se as respostas “não” e “sem informação”): câncer, pneumonia, diabetes, hipertensão, hemorróidas, bronquite, asma e trombose.

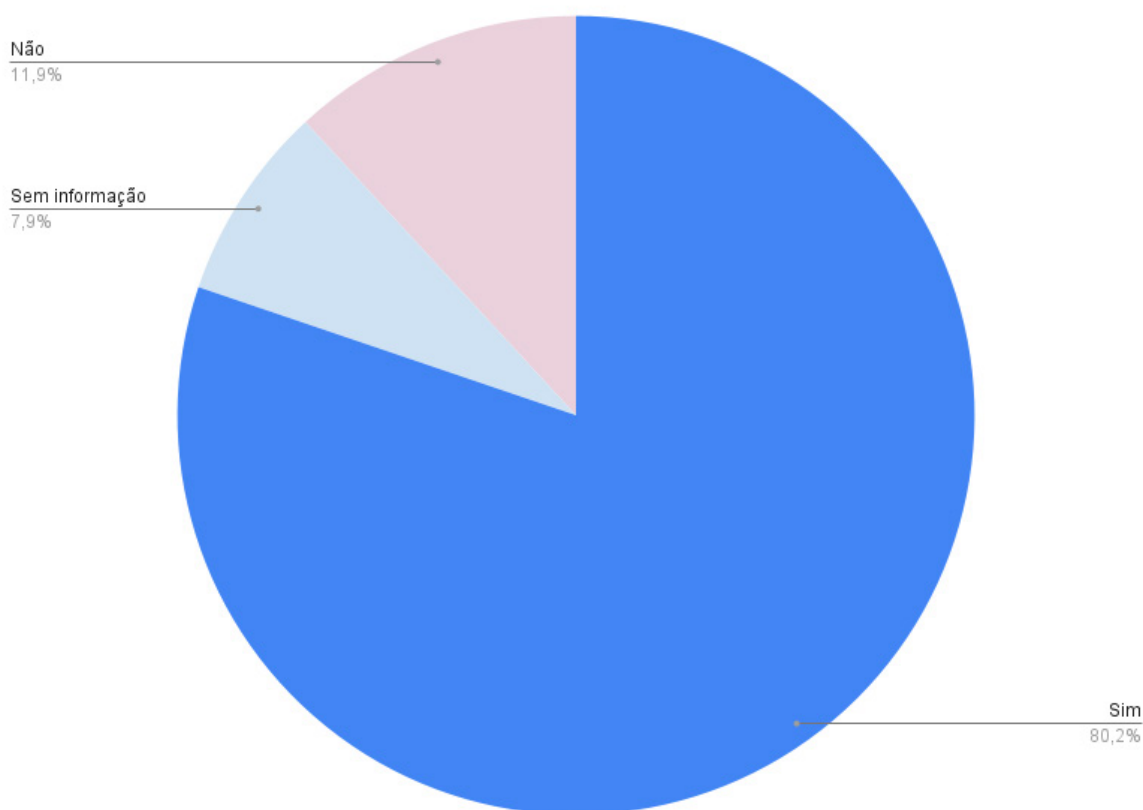
Em 40% do total de pessoas atendidas foram identificados queixas referentes a questões de saúde mental entre o questionário e os relatos. Foram consideradas menções ao uso de medicamentos psiquiátricos, episódios de mania, ida ou frequência aos equipamentos da rede de atenção em saúde mental. Quanto a esta frequência, dos casos que apresentam relatos de queixas referentes a questões de saúde mental e necessidade de cuidados, 55% respondeu que não frequenta a rede de saúde mental, enquanto 23,5%

afirmaram frequentar irregularmente e apenas 21,5% disseram que fazem uso da rede de cuidado de maneira regular.

Quanto ao uso de hormônios, 44,6% dos casos respondeu afirmativamente, enquanto 37,6% disse não usar. Das pessoas que responderam afirmativamente, apenas 7,6% afirmam fazer o uso com acompanhamento médico, o que demonstra que o uso de hormônios é comumente feito de maneira autônoma entre as mulheres trans e travestis atendidas no projeto, a chamada auto hormonização.

O uso de álcool e outras drogas mostrou-se absolutamente frequente entre as assistidas do projeto, tendo 80% de respostas positivas à pergunta sobre o seu uso mas apenas 42% das pessoas que fazem uso, o consideram prejudicial:

Gráfico 5 - Faz uso de álcool e outras drogas?



Este é mais um dado revelador da configuração da rotina e desafios cotidianos das assistidas do projeto, em específico de desafios para saúde de transexuais e travestis em situação de rua em Belo Horizonte. A distância entre os problemas identificados e os acessos aos serviços que supostamente

estariam aptos a enfrentá-los ainda é substancial e os embaraços nesse caminho necessitam ser observados pelo poder público para a incorporação de maneiras mais eficazes de garantir a adesão e permanência desse público.



4. violência policial e trajetória de vida nas ruas: categorias analíticas para compreender a criminalização de pessoas trans e travestis

Ísla Pereira Ribeiro Sena Silvestre
João Pedro Martins Silveira
Júlia Silva Vidal
Sofia Freire

Elegemos algumas categorias que ilustram algumas questões que percebemos repetidamente na nossa atuação e na trajetória das assistidas. Consideramos que elas podem nos ajudar a elaborar reflexões importantes sobre a nossa atuação e a realidade de criminalização de pessoas trans e travestis. Reconhecemos que as categorias analíticas construídas ao longo do trabalho não esgotam a complexidade das experiências vivenciadas pelas assistidas. Trata-se de um recurso metodológico que visa organizar a realidade observada, embora seja importante frisar que tais categorias

são interdependentes e se entrelaçam constantemente, não podendo ser compreendidas de forma isolada.

Na categoria “trajetórias de vida nas ruas e território”, buscamos compreender a realidade da rotina de nossas assistidas, bem como seus meios e estratégias de organização e sobrevivência nesse contexto. Uma vez que grande parte do público do projeto encontra-se em situação de rua, faz-se necessária uma compreensão densa e contextualizada dessa realidade que se expressa de forma constante em seus relatos. Na categoria “violência policial e de agentes de segurança pública”, consideramos pertinente elaborar ainda sobre uma situação bastante presente nos relatos das assistidas: a exposição à atuação truculenta de agentes do município. Por estarem em situação de vulnerabilidade, esse público torna-se alvo frequente de abordagens violentas e abusivas por parte das forças de segurança. “Criminalização reiterada” é uma categoria que busca refletir sobre as dinâmicas de criminalização vivenciadas pelas assistidas ao entrarem em contato com a segurança pública. Esses episódios, muitas vezes marcados por abordagens violentas, suspeição automática e falta de escuta qualificada, revelam como suas existências são frequentemente tratadas sob a ótica do controle e da punição.

4.1. trajetórias de vida nas ruas e território

Para uma atuação efetiva do projeto é preciso compreender as implicações práticas das vivências e demandas de seu público, que, como foi apresentado, é majoritariamente composto por pessoas que possuem trajetórias nas ruas de Belo Horizonte (81,3% das assistidas). Esse número aumentou de forma perceptível no período pós-pandemia de Covid-19, quando observamos uma mudança significativa no perfil do público atendido pelo Transpasse. Houve um crescimento expressivo das situações de vulnerabilidade vivenciadas pelas assistidas, acompanhado de uma acentuada precarização das condições de vida.

Tornou-se fundamental compreender, portanto, no contexto do Projeto Transpasse, a realidade da rotina nas ruas de suas assistidas, bem como seus meios e estratégias de organização nesse contexto. Assim, busca-se apresentar algumas das características de organização observadas pela equipe ao longo dos atendimentos, com o objetivo de contextualizar nossa

atuação, que se pauta na dinâmica singular e situada construída pelo próprio grupo.

A principal forma de organização destacada durante os atendimentos se concentra na formação das malocas, espaço de habitação conjunta de grupos de assistidas, baseado em afinidades entre elas. Elas se juntam em um local na cidade, considerado relativamente seguro de se estar e que possua menos probabilidade de ter interferência das autoridades na manutenção ou impedimento de sua permanência no local. Muitas relatam escolher o ponto de estadia baseado na presença de câmeras ao redor, para evidenciar qualquer tipo de perigo ou violência que possa acontecer, e também pela proximidade a pontos de alimentação ou de outras pessoas. Muitas armam suas tendas ou barracas individualmente, mas acabam ficando em uma área espacial próxima de malocas que possuem mais pessoas.

Nas malocas com mais de uma assistida, geralmente tem-se uma determinada organização de funções: tem-se, por exemplo, a pessoa responsável por manguear (pedir dinheiro, alimentos ou itens de necessidade básica), a pessoa responsável por fazer as refeições e a coordenação de um certo revezamento para cuidados com itens pessoais e animais domésticos. Quando elas vão ao projeto, frequentemente relatam que deixaram suas coisas ou animais sob a responsabilidade de determinada pessoa para irem juntas ao espaço. A socialização entre elas possibilita também a manutenção de uma rotina, como a ida aos plantões semanais, a indicação de cursos profissionalizantes, em que uma convida a outra a se juntar à atividade e outros.

Existem, é claro, conflitos relacionais no cotidiano das malocas: desentendimentos decorrentes de disputas pela posse de itens de uso pessoal, cenas de ciúmes em relação a seus parceiros e outros. É possível que haja figuras centrais nas malocas, responsáveis por manter sua organização e, às vezes, mediar os conflitos entre elas. Essas pessoas frequentemente ocupam posições relatadas por elas a partir de uma certa hierarquia familiar, como mães e madrinhas que adotam e cuidam das mais novas ou aquelas menos habituadas à vida nas ruas. Essas figuras também podem ter uma postura de negociar com as autoridades locais quando há interferência, por exemplo, quando é requisitado que elas desmontem suas malocas durante o dia para

não atrapalhar o trânsito da rua ou algo nesse sentido, tentando manter uma certa dialética de concessões e negociações como o poder público para que a organização da maloca possa vingar por mais tempo naquele local.

Em relação às assistidas que saem durante o dia para procurar meios de subsistência, elas relatam já conhecer estabelecimentos e organizações que possam ajudá-las e os horários de se referenciar em cada um deles. Isto é, saber que após o almoço, por exemplo, um determinado restaurante doa os alimentos não consumidos para elas; que determinada cafeteria tende a oferecer algum alimento quando elas o solicitam no final da tarde; que uma organização comunitária está com doação de roupas e utensílios doméstico disponíveis até determinado dia da semana; que uma política pública fornece espaço de convivência e de higiene pessoal, como um espaço de banho, em um intervalo específico de horários durante a semana; e, até mesmo, que determinados espaços possibilitam acesso a itens de lazer ou de estudos, como computadores, televisões e outras atividades.

Assim, é possível ressaltar a importância da comunidade na organização de cada uma, como relatado por Marina que “agradece à Deus pela vida dessas bichas”, que se ajudam, partilham a comida, o lugar pra dormir e se apoiam nesse contexto de vulnerabilidade. Essa produção de conhecimento, compartilhada entre elas, contribui para a manutenção de condições mínimas possíveis de saúde e saneamento.

Enquanto grupo social, a população em situação de rua tem sido historicamente submetida a diversos discursos, cada um deles responsável por produzir subjetividades marcadas por dimensões que, por vezes, os condenam, os rotulam como marginais, os segregam ou os inserem em uma realidade moldada pela miséria, que se inscreve e se perpetua no tempo e no espaço dessa condição social (Temponi, Ribeiro & Carvalho, 2022). Essa realidade expõe esses indivíduos a diversos contextos violentos e impõe inúmeros desafios a serem enfrentados. Conforme já pontuado, as usuárias do Transpasse adotam, como uma de suas estratégias de sobrevivência, a convivência entre si, compartilhando a vida nas ruas, realizando pequenas atividades que geram alguma renda e buscando permanecer próximas a estabelecimentos e instituições que possam oferecer algum tipo de suporte ou assistência.

Assim como a convivência com amigas que compartilham condições de vida semelhantes, os relacionamentos afetivos — como aqueles vivenciados com namorados — também podem ser compreendidos como estratégias possíveis de sobrevivência nas ruas. Esses vínculos se constroem a partir de experiências complexas, atravessadas por múltiplas dimensões que marcam as trajetórias das assistidas pelo Transpasse. Na trajetória do projeto, foi possível escutar e observar aspectos dessas relações.

Coraline, 24 anos, mulher trans, branca, assistida pelo Transpasse desde agosto de 2024, tem seus atendimentos marcados pela recorrente presença de questões relacionadas ao seu relacionamento afetivo. Desde o primeiro atendimento, Coraline consegue identificar em suas narrativas o caráter violento de suas relações, chegando a comentar inclusive sobre uma situação extrema em que um ex-companheiro ateou fogo em sua casa. Atualmente, ela mantém relação com um homem mais velho e, ao longo dos acompanhamentos, relata principalmente situações envolvendo ciúmes e comportamentos possessivos, inclusive com a presença de seu companheiro nos plantões do projeto no início dos atendimentos.

Nos atendimentos, surge esse espaço em que Coraline pode se escutar e buscar compreender os seus porquês nesses relacionamentos. Quando indagada sobre o valor dessa relação, ela nos relata que se sente protegida, destacando a ajuda que ele oferece no cotidiano e o suporte emocional que acredita receber. Com o passar do tempo, a partir dos atendimentos realizados no Transpasse e em outras instituições públicas do município, Coraline, em sua elaboração dessa relação, passa a se sentir mais capaz de reconhecer e dar nome às violências que vivencia — o que a fortalece para agir diante dessas situações. Reconhecendo os aspectos positivos e negativos dessa relação, ela se sente mais fortalecida para sair de uma posição passiva e atuar sobre sua vida, ainda com esse parceiro, mas assumindo maior posição de autonomia. Em um dos atendimentos, chega a afirmar que conseguiu ‘domar’ essa relação, indicando mudanças na forma como se posiciona diante dela.

A ambiguidade entre proteção e violência e a manutenção de uma relação afetiva como estratégia de sobrevivência é pauta de narrativas não apenas de Coraline. Em uma realidade marcada pela possibilidade constante de violência nas ruas, ter um companheiro violento pode significar passar por

situações de agressão de uma pessoa só, como já afirmou Vanda, outra de nossas assistidas. Nessas relações, também entram em cena possibilidades de ação, afeto e agência, que precisam ser consideradas na escuta e no acompanhamento.

A análise das relações presentes na trajetória de vida na rua das assistidas não tem a pretensão de abarcar toda a complexidade que envolve essas vivências, mas busca destacar alguns elementos observados ao longo dos acompanhamentos realizados. Trata-se de um esforço para lançar luz sobre dinâmicas afetivas frequentemente invisibilizadas, mas que se revelam fundamentais para compreender os modos de existência e resistência dessas pessoas.

Débora é uma das assistidas que articula a convivência com amigas como estratégia de sobrevivência nas ruas. Em um de seus relatos, ela revelou outra forma de enfrentamento: o uso de substâncias psicoativas. A experiência cotidiana nas ruas expõe essas pessoas a constantes situações de vulnerabilidade e risco de violência, o que levou Débora - e outras usuárias que também relatam o mesmo - ao uso de drogas como o crack como meio de se manterem acordadas durante noites marcadas pela insegurança. O uso de drogas é amplamente documentado pela população em situação de rua (Junior, Braido & Martins, 2013; Tondin, Barros Neta & Passos, 2013; Silva, Frazão & Linhares, 2014; Temponi et al., 2022), e seu uso como estratégia é relatado pelas usuárias do Transpasse e reconhecido pela equipe do projeto, que considera essa realidade na formulação de ações pautadas na perspectiva de redução de danos.

Paralelamente, emergem relatos que reconhecem o uso prejudicial de substâncias e evidenciam as múltiplas dificuldades impostas pela realidade das ruas àqueles que buscam se afastar dessas práticas. É o caso de Joana, cujas narrativas evidenciam as dificuldades enfrentadas por aquelas que desejam reduzir o uso de drogas, especialmente em contextos marcados por intensa circulação e oferta. Segundo ela, a permanência nas ruas da região central de Belo Horizonte torna esse processo particularmente desafiador, uma vez que a denominada 'cena de colocação' - espaço socialmente reconhecido pela presença e disponibilidade constante de substâncias - se coloca presente de maneira intensa. Joana afirma que 'por todo lugar que se vai, as pessoas

oferecem álcool e outras drogas', revelando o quanto o ambiente urbano pode atuar como um fator que dificulta estratégias individuais de cuidado e redução de danos.

Trabalhar com esse público, então, exige reconhecer a complexidade de suas vivências e a potência de suas formas de organização diante da extrema vulnerabilidade social. As experiências relatadas revelam não apenas os efeitos concretos da marginalização — como o acesso precário à saúde, moradia e segurança —, mas também estratégias coletivas de sobrevivência que desafiam a lógica da exclusão. A constituição das malocas, os vínculos de cuidado entre as assistidas, a circulação por espaços de assistência e a construção de redes de apoio evidenciam práticas de resistência e solidariedade fundamentais para a permanência nos territórios urbanos.

Ao mesmo tempo, a presença constante da violência, da criminalização e da exposição à cena de uso escancara os limites impostos por uma realidade que opera, muitas vezes, como produtora de desigualdades. Nesse contexto, o trabalho do projeto Transpasse ganha sentido ao adotar uma escuta atenta às dinâmicas específicas desses corpos e territórios, e ao formular ações orientadas pela redução de danos, pelo respeito à autonomia e pelo reconhecimento das subjetividades e das propostas de articulação e estratégias de sobrevivência que emergem nesse cenário.

4.2. violência policial

Uma das preocupações que temos enquanto projeto é a de registrar e denunciar situações de violência que ocorrem contra as nossas assistidas. Além de enviar ofícios, costumamos acompanhar a vítima que chegou ao nosso plantão até uma delegacia com o intuito de fazer um bom registro do ocorrido com o intuito de que seja viabilizada a realização de uma boa investigação. Muitas vezes, contudo, a violência que nos é narrada é perpetrada por agentes de segurança pública, especialmente policiais militares e guardas municipais.

Clara é uma travesti que se autodeclara indígena e está na casa dos 40 anos. Ela é uma das mais antigas assistidas do Transpasse e, atualmente, cumpre uma execução criminal, na qual ela está em livramento condicional. Clara fala com muita revolta sobre as violentas abordagens às quais é submetida cotidianamente nas redondezas da sua casa. Ela fala sobre como

chegam com truculência e já a colocam contra a parede. Costumam se referir à ela pelo nome morto, mesmo já tendo realizado a retificação de nome e gênero, e realizam o procedimento de revista, ainda que não haja uma policial na patrulha. Sempre usam um tom ameaçador, especialmente depois de verem que está em liberdade condicional, e não hesitam em constrangê-la.

Em outra oportunidade, Clara também nos permitiu entender um pouco mais de como age a polícia militar com as travestis, especialmente aquelas em situação de rua. Cecília, uma outra assistida que não víamos há algum tempo estava sendo considerada suspeita de ter cometido um homicídio. Por mais de duas semanas seguidas, Clara e outras frequentadoras do projeto nos disseram que a polícia estava abordando as travestis com truculência e ameaças, exigindo que falassem onde Cecília estava se escondendo. Clara nos contou que os agentes as puxavam pelo braço e usavam um tom ameaçador para coagi-las a passar alguma informação. Isso é interessante porque mostra como, na visão dos policiais militares, as travestis se conhecem, sabem do paradeiro umas das outras e se acobertam. É algo que lembra o que Carrara e Vianna (2006) perceberam na sua pesquisa sobre violência letal que atinge gays e travestis e a construção desses casos judicialmente:

[...] são desacreditadas por meio de estereótipos acerca de uma forma de agir “característica” de travestis, que incluiria tumulto, assaltos e uma perigosa solidariedade de grupo que, como visto, as conduziria a prestar informações falseadas como forma de proteção mútua. (Carrara; Vianna, 2006, p. 241)

Assim, para os agentes, todas acabam se tornando algo como suspeitas e cúmplices de um suposto crime, o que explicaria o comportamento truculento e o volume maior de abordagens realizadas naquele período contra as nossas assistidas e outras as pessoas trans e travestis em Belo Horizonte.

A guarda municipal também aparece nos testemunhos das assistidas como violenta. Hellen, mulher trans negra de quase 30 anos, narrou em seu primeiro atendimento uma situação de agressão e violência que tinha sofrido em um evento público que estava ocorrendo na cidade. Ela estava com uma

amiga na região da Praça da Estação, onde acontecia o festejo, quando tentaram furtar sua bolsa. Hellen agiu rapidamente para evitar a perda do bem e segurou a pessoa que tentava pegá-lo, instaurando uma briga física. Neste momento, cinco agentes da guarda municipal chegaram na cena e decidiram que era importante intervir. Apartaram a briga, separando-a da pessoa que tentou pegar a bolsa, mas não buscaram maiores esclarecimentos. Ao invés disso, deixaram a outra pessoa envolvida ir embora e passaram a agredir Hellen violentamente, parando somente com a chegada da cavalaria. Apesar de claramente estar ferida, nenhum dos agentes a encaminhou para atendimento médico. No dia seguinte, sentindo fortes dores, Hellen foi ao hospital e descobriu que tinha sofrido uma lesão interna no ouvido em decorrência das agressões na região da cabeça.

Hellen não foi ouvida na cena. Diante da briga, a Guarda não hesitou em vê-la como uma ameaça que deveria ser neutralizada com um uso extremamente desproporcional de força e abuso de autoridade de cinco agentes contra apenas uma única pessoa envolvida em uma briga física sem qualquer tipo de armamento. Encaminhamos um ofício com essa denúncia à corregedoria responsável, o que motivou a realização de uma audiência para que pudessem ouvir Hellen. Ainda assim, não soubemos de nenhuma medida que tenha sido tomada em relação aos agentes que a violentaram de forma tão agressiva.

Essa relação também se mostra problemática com pessoas em situação de rua. Paola é uma travesti negra que tem aproximadamente 25 anos. Ela está em situação de rua há pelo menos sete anos e, nos últimos tempos, tem ficado junto de seu marido²⁰ e de uma prima que também é travesti. Ela não foi a primeira a nos relatar abordagens frequentes e abusivas da fiscalização de rua em conjunto com a guarda municipal que resultavam em perda e danos nos seus pertences. No seu caso, contudo, ocorreu uma escalada de violência. Ela e o marido estavam acatando a ordem dos agentes e afastando seus pertences para o local indicado. Um gari, contudo, acabou pegando um chinelo de Paola e colocando para descarte. Ela se irritou e

²⁰ Vale a pena fazer o esclarecimento de que Paola não é casada oficialmente com esse “marido”. Ele é um namorado com quem ela está há aproximadamente um ano, dividindo uma barraca, os alimentos e os dias nas ruas. Ela, e muitas outras das assistidas do Transpasse, costumam se referir aos seus namorados e companheiros como maridos, especialmente se a relação dura mais tempo.

abaixou para recolher seu calçado do meio da pilha de descarte, momento em que foi surpreendida com uma pancada do cassetete de um dos guardas. O cachorro de Paola viu a cena e latiu para o agente, que deu uma segunda pancada, dessa vez no animal. Antes que tivessem reação, ela e sua prima foram alvejadas por sprays de pimenta no rosto. A assistida chegou ao nosso plantão emocionalmente abalada com a violência, se queixando de ardência nos olhos, que lacrimejavam durante o atendimento, e na boca.

É mais um exemplo que demonstra como o problema da violência de agentes de segurança pública não parte somente da polícia militar, mas também de outros órgãos que realizam policiamento. Ainda, expõe como esse policiamento é realizado, muitas vezes, contra elas. Mesmo em situações onde elas começam como vítimas, como no que ocorreu com Hellen, os agentes veem pessoas trans e travestis como ameaça e perigo, agindo contra elas mesmo sem entender exatamente a situação. Agindo muitas vezes, vale ressaltar, com uma violência desproporcional.

Assim, entendemos o porquê da resistência que muitas das assistidas demonstram toda vez que precisam acessar espaços do sistema de segurança pública e até da justiça criminal, que acabam sendo amalgamadas em suas experiências como locais de múltiplas violências e abusos, mesmo quando são vítimas buscando realizar uma denúncia. A situação mais absurda de interação com essas instituições, nesse sentido, talvez seja a de Cecília.

Cecília é uma mulher trans negra de quase 30 anos que sempre aparecia nos nossos plantões muito sorridente e afetuosa. Natural de uma cidade do interior da Bahia, no seu primeiro atendimento tinha chegado à Belo Horizonte há aproximadamente três meses. Nos contou que tinha vivido os últimos anos como nômade, indo de cidade em cidade, desde a sua saída do cárcere no Rio de Janeiro. Falando um pouco dessa sua experiência com a prisão, Cecília nos narrou a situação que fez com que fosse presa.

Ela tinha começado a fazer pista recentemente para conseguir pagar as contas, visto que havia sido demitida. Em cenas de prostituição, o uso de álcool e drogas é algo relativamente comum, tanto entre os clientes quanto entre as trabalhadoras, e, naquela madrugada, Cecília estava entorpecida. Por volta das quatro horas, um grupo de dois homens e uma mulher começaram

a importuná-la. As zombarias se transformaram em violência física quando essas pessoas passaram a agredi-la com socos, pontapés e pedradas.

Eventualmente, Cecília conseguiu se desvencilhar dos agressores e, coberta de sangue e escoriações, rumou para uma delegacia que ficava nas redondezas de onde tudo tinha acontecido. Relatou enfaticamente a agressão que tinha sofrido e descreveu toda a ocorrência. O delegado responsável e os outros agentes da polícia a receberam com descaso e desatenção. Não a escutaram, não se mobilizaram para atendê-la de forma adequada e nem registraram um boletim de ocorrência. Pediram somente para que ela ficasse do lado de fora da delegacia enquanto chamavam uma ambulância para ela.

Revoltada com toda essa situação, e alterada pelo uso de álcool e drogas, Cecília pegou uma faca e voltou ao local onde tinha sido violentada. Encontrou novamente seus agressores e tentou atacar um deles, mas não obteve sucesso. O homem se desvencilhou da investida e, no meio dessa confusão, o delegado e os policiais com quem tinha conversado anteriormente chegaram no local. Cecília nos disse que os policiais interviram e levaram os agressores, agora colocados no lugar de vítimas de uma tentativa de homicídio, até a delegacia. Como a viatura estava cheia, mandaram que Cecília fosse à pé, o que ela obedeceu.

Chegando lá, a confusão continuou. Os agressores de Cecília ficaram zombando e provocando-a. Além de proferir insultos e ofensas transfóbicas, começaram a repetir que ela seria presa e morreria na cadeia. Cansada e indignada com essa situação, Cecília se levantou e avançou para cima dos seus agressores, completamente desarmada. O conflito, contudo, não durou. Um dos agentes policiais que estavam na cena efetuou um disparo de arma de fogo na perna de Cecília. Após ser alvejada, ela desmaiou e acordou no hospital, numa sala de cirurgia. Seu joelho foi gravemente ferido com o tiro, o que fez com que ela ficasse 15 dias no hospital após a operação e usasse uma contenção de ferro na perna por três meses. De lá, foi direto para a cadeia, onde ficou por um ano e oito meses.

Nos autos do processo instaurado, Cecília foi acusada de tentativa de homicídio contra seis pessoas, seus primeiros agressores e os policiais. A investida final da assistida foi colocada como uma tentativa de homicídio

contra todos os presentes na cena, afirmando ainda que ela estava com uma tesoura. Cecília nega que estivesse com uma tesoura, mas ainda que estivesse, fica claro que houve um uso desproporcional de força por parte do agente da polícia e um tratamento inadequado de todos os profissionais envolvidos na ocorrência.

Cecília chegou na delegacia, da primeira vez, como vítima. Estava ferida e ensanguentada, pedindo que os policiais tomassem providências. No fim da madrugada, ela tinha se tornado autora do crime de tentativa de homicídio contra seis pessoas. Foi baleada e ficou gravemente ferida. Hoje, Cecília consegue andar, mas não correr, e ainda se queixa de dores na perna. As consequências daquela madrugada foram irreparáveis e impactaram fortemente a sua trajetória.

Todos esses testemunhos, e especialmente o de Cecília, ilustram a difícil e violenta relação de pessoas trans e travestis com instituições e agentes de segurança pública. Eles mostram cenas de criminalização e de conversão de vítimas em autoras a partir da desconfiança que está colocada para corpos desviantes, como se o crime fosse a própria dissidência de gênero.

É importante entendermos que historicamente esse aparato policial penal repressivo foi usado (e ainda é, como vemos na nossa atuação) contra grupos marginalizados. Vidal (2020, p. 44) afirma que “as experiências de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – conforme são denominadas hoje entram no ‘radar’ do direito por meio da penalização e da repressão”. Não é à toa que, durante a década de 1990, quando começava a ser formado de forma mais organizada um movimento social de travestis, os tópicos mais discutidos giravam em torno do “binômio violência policial/aids” (Passos, 2022, p. 67).

As instituições do sistema de segurança pública são utilizadas para combater o desvio e comportamentos que fogem à norma. No caso de pessoas trans e travestis, que desestabilizam de forma mais acentuada a coerência interna do sexo, gênero e desejo com a sua performance de gênero (Carrara; Vianna, 2006), é como se fossem o próprio desvio, de forma que os agentes as enxergam como não confiáveis e ameaçadoras.

Diante da atuação do projeto e dos testemunhos com os quais nos deparamos, conseguimos constatar, então, que pessoas dissidentes de gênero e sexualidade, especialmente pessoas trans e travestis negras em situação de rua, que compõem uma parcela significantes das pessoas atendidas no Transpasse, costumam ser alvo preferencial da ação e do monitoramento das polícias, estando mais suscetíveis à intervenções violentas e desproporcionais por parte dos agentes de segurança pública.



5. regimes de visibilidade e considerações sobre a criminalização de pessoas trans e travestis

Júlia Silva Vidal
Marco Aurélio Máximo Prado

Com o intuito de atuar contra os processos de criminalização de gênero e na tentativa de destrinchar os elementos presentes na relação entre o direito, a dimensão de gênero e sexualidade e a atuação institucional dos órgãos de justiça e da segurança pública é que o Projeto Transpasse enfrenta desafios cotidianos que convocam a sua reinvenção. Nesses cinco anos do projeto, inúmeros exemplos do dinamismo exigido para sua continuação podem ser exemplificados: o enfrentamento da pandemia pelo COVID-19; a mudança do público assistidos após a pandemia, constatando-se majoritariamente a população trans e travesti que se encontra em trajetória de rua; mudanças internas na equipe; processos criminais de alta complexidade; relatos intrincados de sofrimento psíquico frente a violências vividas no dia-a-dia das assistidas; impasses no encaminhamento em rede; entre outros.

Contudo, esses desafios servem como norteadores para a atuação da equipe, fazendo com que haja o constante recálculo de nossa metodologia e de nossa atuação, dentre os princípios metodológicos apresentados neste livro. No âmbito do Direito, por exemplo, frente a dificuldade de escuta de órgãos da segurança pública em valorizar o testemunho das assistidas, é exigido da equipe um manejo deste diálogo que requer mais de uma tentativa, muitas vezes com diferentes atores, para que seja cumprido nosso objetivo de fazê-las serem vistas e legitimadas pelas instituições. O projeto, dessa maneira, serve de amparo, tanto para que seus direitos, como nome social e sua versão dos fatos, sejam garantidos e presentes, quanto para prover um senso de seguridade e de amparo frente às barreiras institucionais que são enfrentadas pelo grupo vulnerável a que se destina (XXXX).

Ainda nesse viés, ao nos propormos criar metodologias que façam aparecer nos autos dos processos as diversas situações de precariedade e vulnerabilidade das assistidas através dos relatórios e das ações institucionais, nos deparamos com a necessidade de se pensar no modo como essa atuação deve ser realizada. Primeiro, o desafio frente ao encaminhamento, que levanta a necessidade de se conhecer os canais adequados para tal e a estabelecer parcerias, institucionais, para o recebimento e utilização dos documentos que materializam os encaminhamentos de usuárias intersetorialmente

Após esse movimento, é importante dar continuidade a nossas reflexões sobre o objetivo dos relatórios e onde, estrategicamente, esperamos que ele produza seus efeitos. Para evitar a entrada ou reincidência no cárcere, por exemplo, a estratégia deve estar alinhada com o propósito de mostrar aos órgãos jurídicos as dificuldades que as assistidas passam em se apresentar diante desses espaços, seja por receio, pela rotina de subsistência na rua, pela falta de documentos, ou por outros motivos que estão além do simples desinteresse de responder juridicamente às expectativas previstas nas determinações judiciais. De outra maneira, caso o intuito seja de auxiliar na defesa da assistida, faz-se necessário dar espaço para que o testemunho delas sobre o acontecimento seja ouvido e presente como relato no processo, portanto um outro efeito do relatório psicossocial. Isso requer também o uso de informações cruciais, como o local, a presença de câmeras ou testemunhas, o horário e outros elementos que compõem a narrativa da assistida. Dependendo

da fase processual, nosso interlocutor e contexto se modifica, fazendo com que a forma da apresentação de nossos argumentos tenha que ser também reestruturada para cumprir seu propósito. Neste sentido, a peça do relatório psicossocial tem inúmeros efeitos e objetivos na incidência jurídico e social da trajetória da assistida dentro do sistema de justiça.

A atuação da equipe jurídica e psicossocial já nos mostra a importância da escuta na incidência do projeto. Primeiro, para coletar, com cuidado e acolhimento, as informações necessárias para a elaboração dos ofícios e relatórios, mas também para que a assistida consiga tomar posse de sua própria narrativa e história de vida de maneira ativa. Nesse sentido, a presença de uma equipe de perfil interdisciplinar se faz essencial para compreender a rotina do nosso público, o enfrentamento de dificuldades na trajetória de rua; complicações relacionais com parceiros, familiares e amigos, que podem resultar em situações de conflito com a lei ou de violência; a atuação e o enfrentamento às dificuldades institucionais e da rede pública de assistência social e saúde; as linhas emaranhadas de vulnerabilidade que as levam ao uso abusivo de álcool e/ou drogas, ou a quadros de sofrimento mental.

Desse modo, o papel da interdisciplinaridade e da atuação conjunta da equipe se desvela, ressaltando sua importância. Para além do uso dessas informações juridicamente, do ponto de vista psicossocial, é exemplificado pelos casos relatados anteriormente, como a elaboração de suas condutas pode servir para a modificação de suas trajetórias, incentivando que seus desejos e suas maneiras de organização sejam feitas de maneira autônoma por cada uma delas. O acolhimento de seus relatos, principalmente os que envolvem violências físicas ou simbólicas, servem também para que elas possam responder diante do ocorrido, mantendo sua subjetividade diante das inúmeras impossibilidades que são lhes apresentadas cotidianamente.

Por fim, o encaminhamento em rede serve para fortificar a organização da assistida e seu acesso a direitos e serviços. Também neste caso, o modo a se realizar a ação entra em voga, estruturando os encaminhamentos através de parcerias; que se constroem a partir de tentativas, seja de contato virtual, de visitas técnicas, de reuniões ou de telefonemas; visando o diálogo para que os percalços encontrados no acesso aos serviços sejam contornados.

Dessa maneira, o Transpasse se constrói e se compõe, em cada desafio e invenção em ato promovidos pela atuação interdisciplinar da equipe, com o objetivo em comum de promover a autonomia e a descriminalização das assistidas que acompanhamos.

6. referências bibliográficas

- BRITO, C.; SILVA, L. N. D. População em situação de rua: estigmas, preconceitos e estratégias de cuidado em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 151-160, 2022.
- CARRARA, S.; VIANNA, A. “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 16, n. 2, p. 233-249, 2006.
- FRICKER, M. **Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing**. New York: Oxford University Press, 2007.
- JUNIOR, W. I.; BRAIDO, L.; MARTINS, M. Consultório de rua como uma prática de intervenção para usuários de álcool e outras drogas. In: **ENCONTRO INTERNACIONAL DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA CESUMAR – EPCC**, 8., 2013, Maringá. Anais [...]. Maringá: Editora CESUMAR, 2013.
- MAYNART, W. H. C.; ALBUQUERQUE, M. C. S. S.; BRÊDA, M. Z.; JORGE, J. S. A escuta qualificada e o acolhimento na atenção psicossocial. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 27, n. 4, p. 300-304, 2014.
- MIELKE, F. B.; OLSCHOWSKY, A. Actions of mental health in family health strategy and the health technologies. **Escola Anna Nery**, v. 15, p. 762-768, 2011.
- NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA LGBT (NUH). **Relatório do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT sobre inquéritos policiais envolvendo travestis e transexuais no Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2018.
- PASSOS, Maria Clara Araújo. **Pedagogia das travestilidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 2022.
- PRADO, Marco Aurélio Máximo. **Ambulare**. PPGCOM UFMG, Belo Horizonte, 2018.
- SILVA, F. P. D.; FRAZÃO, I. D. S.; LINHARES, F. M. P. Práticas de saúde das equipes dos Consultórios de Rua. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, n. 4, p. 805-814, 2014.

- TEMPONI, S. R. N.; RIBEIRO, L. P.; PINHEIRO, T. M. M.; CARVALHO, S. M. “Tudo é violência, viver é violência!”: **representações sociais e vivências de mulheres em situação de rua. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, 2022. [Sem volume, número e paginação informados.]
- TONDIN, M. C.; BARROS NETA, M. D. A. P.; PASSOS, L. A. Consultório de rua: intervenção ao uso de drogas com pessoas em situação de rua. **Revista de Educação Pública**, v. 22, n. 49, p. 485-501, 2013.
- TRANSPASSE. **Atendimento jurídico e psicossocial a travestis e pessoas trans: relatório de atividades do ano de 2019**. Belo Horizonte, 2020.
- VIDAL, J. S.; PRADO, M. A. M. ; LAMOUNIER, G. A. M. Práticas de disputa entre a criminalização e a patologização: a relação entre Universidade e o Ativismo trans local. In: Henrique Caetano Nardi; Paula Sandrine Machado; Rafaela Vasconcelos Freitas. (Org.). **Psicologia, política e sexualidades**. 1ed.São Paulo: Devires, 2025, v. 1, p. 17-28.
- VIDAL, J. S. **A performance do crime: gênero e raça nas práticas de criminalização**. 2025. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2025.
- VIDAL, J. S. **Criminalização operativa: travestis e normas de gênero**. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.